

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

MARCOS FERNANDO SILVA

POLÍTICA PÚBLICA NA RESEX CHICO MENDES: Análise do Programa “Floresta Plantada”

na Comunidade ramal da Torre – Epitaciolândia- Acre (2014-218)

Brasília

2023

Marcos Fernando Silva

POLÍTICA PÚBLICA NA RESEX CHICO MENDES:
Análise do Programa “Floresta Plantada” na
Comunidade ramal da Torre – Epitaciolândia- Acre
(2014-218)

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado,
Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade
Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação
Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à
obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y
Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a. Msc. Letícia Alcântara Moreira

Brasília

2023

Ficha Catalográfica

SILVA, Marcos Fernando

Política Pública na Resex Chico Mendes: Análise do Programa “Floresta Plantada” na comunidade ramal da Torre (2014-2018) / Marcos Fernando Silva. Brasília: FLACSO/FPA, 2023.

Quantidade de folhas f.:72p

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2023.

Orientadora: Prof^a Ma Letícia Alcântara Moreira

MARCOS FERNANDO SILVA

POLÍTICA PÚBLICA NA RESEX CHICO
MENDES: Análise do Programa “Floresta Plantada” na
Comunidade ramal da Torre – Eptaciolândia- Acre
(2014-218)

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado,
Gobierno y Políticas Públicas, Faculdade
Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação
Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à
obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y
Políticas Públicas.

Aprovada em São Paulo, 7 de julho 2023

Profa. Msc Ma. Leticia de Alcântara Moreira

FLACSO Brasil/FPA

Prof. Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma 2º membro da banca

Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC

Prof. Dr. Ermício Sena de Oliveira 3º membro da banca

Universidade Federal do Acre - UFAC

Profa. Dra. Silvia Maria Brandão

(suplente)

Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)

*À minha mãe, Dona Chaguinha, à minha avó Maria Menino (in memorian) e aos povos da floresta
que lutam historicamente em defesa da sustentabilidade, agora e sempre!*

RESUMO

O presente trabalho analisa o processo de formulação e implementação do programa Floresta Plantada desenvolvido pelo Governo do Estado do Acre na região da comunidade Ramal da Torre na reserva Extrativista Chico Mendes no município de Epiaciolândia - Acre no período 2014 a 2018 despontando pontos de estrangulamento, avanços e consequências do processo.

Palavras-chaves: política pública, reserva Extrativista, desenvolvimento sustentável, meio ambiente.

RESUMEN

El presente trabajo analiza el proceso de formulación e implementación del programa Floresta Plantada desarrollado por el Gobierno del Estado de Acre en la región de la comunidad filial de la torre en la Reserva Extractiva Chico Mendes en el municipio de Epiaciolândia - Acre en el período de 2014 a 2018 Señalando cuellos de botella, avances y consecuencias del proceso.

Palabras clave: política pública, reserva extractiva, desarrollo sostenible, medio ambiente.

ABSTRACT

The present work analyzes the process of formulating and implementing the Floresta Plantada program developed by the Government of the State of Acre in the region of the branch community of the tower in the Extractive Reserve Chico Mendes in the municipality of Epiaciolândia - Acre in the period of 2014 to 2018 Pointing out, bottlenecks, advances and consequences of the process.

Keywords: public policy, extractive reserve, sustainable development, environment.

Agradecimentos

A gratidão é a memória do coração,

(Antístenes, filósofo grego).

À minha companheira de sonhos, de lutas e de cumplicidades, Sheyvane dos Santos Magalhães, minha eterna gratidão por seu estímulo, por suas leituras e por não me deixar desistir das coisas que acredito. E, principalmente por me exigir ser cada vez um ser humano melhor.

Aos meus filhos, João Lucas Magalhães Silva e Luiz Fernando Magalhães Silva, pela ausência justificada na luta em defesa de um mundo melhor.

A minha irmã Sebastiana Silva pela parceria nos grandes perrengues da vida.

Ao “patriarca” da família Bananeira, senhor Giovane Rodrigues Bananeira, pelas informações extraoficiais.

À eficiente professora orientadora, Letícia de Alcântara Moreira, pela sábia condução como minha orientadora, que nos varadouros do conhecimento culminaram nessa dissertação.

Ao colega de trabalho, Airton da Costa Junior, pelas alegres rodas de viola que me serviram de inspiração para o alívio dramático ao longo do processo.

À representação ICMBio, na figura do Pedro Melo, pela colaboração e a licença para realizar a pesquisa de mestrado.

Aos moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes residentes na comunidade Ramal da Torre, pela generosa recepção e pela imprescindível colaboração em responder os instrumentos de pesquisa, perguntas e reflexões, em especial: Luceni Rufino Cateringer, Valdinê Pereira da Silva, Eloar Ayme Pereira Rufino, Claudeci Evangelista de Araújo Caetano, Eliane Romão Bananeira Caetano, João Caetano e Jacira da Silva Moraes.

Ao presidente do Conselho Nacional dos Extrativistas, Júlio Barbosa de Aquino, pelas informações fornecidas.

Ao presidente da Associação de Moradores da Comunidade Ramal da Torre – Associação São Sebastião, Lido Rodrigues, pela disponibilidade da entrevista.

Ao presidente da Associação dos Moradores e Produtores da Resex Chico Mendes de Brasília e Epitaciolândia - Amopreb, Romário Morais de Campelo. Também, à ex-presidente da referida instituição, Luiza Carlota da Silva Caldas, pela leitura, análises e informações fornecidas.

Ao extrativista e poeta, Anacleto Maciel Moreira de Souza, pelas informações tão repletas de legitimidade.

À Professora Dra. Karine Narahara, pelas contribuições no período em que estive sob sua orientação.

Ao Professor Doutor Marcos Fábio Freire Montyzuma da Universidade Federal de Santa Catarina, ao professor Doutor Ermício Sena de Oliveira da Universidade Federal do Acre e a Professora Silvia Maria Brandão, pela disponibilidade em compor a banca avaliadora.

À amiga de longa data, Leila Ferreira, pelas informações obtidas junto à COOPERACRE. Ao Engenheiro Agrônomo, Diogo de Lima Sobreira, da Secretaria de Agricultura do Estado do Acre, pelo fornecimento de dados sobre o Programa Floresta Plantada e o PDSA. Ao Engenheiro Agrônomo, Marinelson Brillhante, pelas informações, análises e ponderações fornecidas.

À Engenheira Agrônoma da Secretaria de Estado de Agricultura, Suhelen Alves de Souza, pela gigantesca colaboração no processo de consolidação dos dados.

Ao Engenheiro Florestal, Adelson Gonçalves dos Santos, pela socialização de dados relevantes para a pesquisa.

Ao Gerente do Escritório da SEPA em Epitaciolândia José Menezes Cruz, o “Paraguaçu”.

Aos demais professores do Programa de Maestria em Estado, Governo e Políticas Públicas que conduziram disciplinas as quais cursei, minha gratidão pelo constante estímulo ao aprendizado.

Aos colegas da minha turma de mestrado, com quem aprendi muito nos momentos de convívio acadêmico.

E também ao colega Fernando Maia, do ICMBio, que me situou e me abasteceu com informação necessária acerca do tema da minha pesquisa inicial.

À equipe da FLACSO – DF pela cuidadosa atenção com a qual fui tratado ao longo do curso.

À saudosa Francisca Rodrigues da Costa, tia Chiquinha (*in memoriam*) pelas risadas e perrengues do Acre ao DF.

À prima-irmã, Rosineide Evangelista da Costa, pelas acolhidas calorosas, os cafés de hotel, as guloseimas e as batidas de perna no DF e adjacências.

À amada Evangelista de Souza pelos rolês e por ter sido a motorista oficial ao longo desses anos.

À Kitnet pela companhia nas solitárias horas de escrita no apartamento em Brasília.

Às atendentes dos cafés de fim de tarde do núcleo Bandeirantes pelas agradáveis recepções em minhas fugas literárias.

Aos passarinhos que com sua orquestra matinal inspiradora nos despertavam de manhã nas árvores da Avenida Central do Núcleo Bandeirantes, com suas melodias que ajudam a aplacar um pouco as saudades do Acre.

Às aeronaves, que sobrevoavam o apartamento nos lembrando que, mesmo longe de casa, não devemos esquecer nossas origens.

À senadora (e atual Ministra do Meio Ambiente), Marina Silva, pela generosidade de me oportunizar integrar sua equipe e usufruir de tanto aprendizado.

Ao jornalista Antônio Alves Leitão, o Toinho Alves, pelas inúmeras palestras provocativas, poéticas, filosóficas e inspiradoras.

Ao Jorge Viana, Binho Marques, Tião Viana, Aníbal Diniz, Simony Dávila e ao Francisco Afonso Nepomuceno (o Carioca), pela oportunidade de aprender muito sobre gestão e florestania ao me oportunizar compor a equipe de governo do Acre.

Ao Governo do Estado do Acre, na pessoa do Secretário de Estado de Planejamento, Ricardo Brandão pela concessão da licença para estudar fora.

Ao presidente do Sindicato dos Gestores de Políticas Públicas Gerliano Mozinho pela parceria na viabilização da liberação para o estudo fora do Estado.

A chefe do Setor de Pessoal, a época do meu afastamento, a gestora pública Josefa, pela presteza e dedicação na montagem do meu processo.

Ao casal de amigos e compadres, Luiz Antônio Brasil e Carol Parente, pelas resenhas políticas e pela degustação dos etílicos.

Aos colegas da equipe do gabinete do senado pela generosa partilha, sobretudo, a antropóloga Jane Vilas Boas, pelas reflexões no período em que trabalhamos juntos.

À Professora Andrea Azevedo pela valorosa contribuição ao me trazer de volta e me atualizar nos meandros da metodologia da pesquisa 20 anos após o meu afastamento acadêmico.

Aos companheiros de pronúncia do mundo do movimento estudantil com os quais caminhei junto horas incontáveis pelos corredores da UFAC. Em especial, à Lúcia Paiva de Miranda (minha irmã de coração), pela parceria, risos e lágrimas e ao Aurélio Paiva pelo acolhimento e solidariedade financeira.

Ao Lucho Xapuri (*in memoriam*), pela determinação em defender aquilo em que se acredita.

Enfim a memória de Wilson Pinheiro, Chico Mendes e tantos outros que deram a vida em defesa da floresta Amazônica.

LISTA DE ABREVIACÕES

AMOPREBE - Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Brasileia e Eitaciolândia

BASA – Banco da Amazônia

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CNPT - Conselho Nacional das Populações Tradicionais

CNE - Conselho Nacional dos Extrativistas

COOPERACRE - Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre

CVP - Cernambi Virgem Prensado

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

MOP – Manual Prático Operacional

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAE – Projeto de Assentamento Extrativista

PDC - Plano de Desenvolvimento Comunitário

PDSA - Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre

POAs - Planos Operacionais Anuais

PNAE -Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPF – Programa Floresta Plantada

RESEX - Reserva Extrativista

REM - Programa para Pioneiros de Pagamento por Resultados

SEAD – Secretaria de Estado de Administração

SAF - Sistema Agroflorestal

SEAGRI – Secretaria de Estado de Agricultura

SEAPROF - Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar

SEF – Secretaria de Estado de Florestas

SEPA – Secretaria de Estado de Produção e Agronegócio

SEPLAN - Secretaria de Planejamento

SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente

STRE - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Epitaciolândia

UC – Unidade de Conservação

UFAC - Universidade Federal do Acre

ZEE - Zoneamento Ecológico Econômico

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - RESEX Chico Mendes

Figura 2 - Seringais da RESEX Chico Mendes

Figura 3 - Torre de telefonia que deu nome à comunidade

Figura 4 - RESEX Chico Mendes- Aspectos Gerais.

Figura 5 - Logo do primeiro governo dos companheiros de Chico Mendes

Figura 6 - O boi à frente da floresta

Figura 7 - Escritório da SEAPROF realizando entrega de mudas do PFP.

Figura 8 - Seringueira com desbastes adequado

Figura 9 - João Caetano ao lado de uma seringueira (à esq) que cresceu irregular

Figura 10 - Realização de entrevista na família Cateringer

Figura 11 - Entrevista com a família da dona Eliane Bananeira

Figura 12 - Família Caetano: Claudeci Caetano, o pesquisador Marcos Fernando

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipificação dos moradores do Ramal da Torre

Quadro 2 - Problemas e Oportunidades do Programa Floresta Plantada.

1. INTRODUÇÃO	15
1.1. A relação do Pesquisador com a comunidade e o objeto da pesquisa.....	19
1.2. Caracterização histórica da comunidade Ramal da Torre.....	22
2. CAPÍTULO 1 - CONHECENDO A RESEX CHICO MENDES	27
2.1. <i>A RESEX CHICO MENDES: Sustentabilidade em ameaça</i>	27
2.2. Políticas Públicas na Resex Chico Mendes na avaliação da AMOPREB.....	33
2.3. Pecuária na RESEX: O boi ou as árvores? ou o boi e as árvores?	35
3. CAPÍTULO 2: O “FLORESTA PLANTADA”, DO PAPEL ÀS ÁRVORES	36
3.1. Problemas e Oportunidades do Programa Floresta Plantada.....	40
3.2. Pontos de estrangulamentos no PFP de acordo com os entrevistados.....	45
3.2.1 Seleção dos produtores.....	45
3.2.2 A insuficiência de Assistência Técnica	46
3.2.3 A negligência por parte de produtores.....	48
3.2.4 A baixa qualidade na produção das mudas.....	49
3.2.5 Ausências de culturas anuais nos SAFS.....	49
3.2.6 A equivocada escolha das áreas destinadas aos seringais de cultivo.....	50
3.2.7 Ausência de projeto piloto para o PFP.....	50
3.2.8 A qualidade da entrega das mudas.....	50
3.2.9 A diferença na Assistência técnica de acordo com a cadeia produtiva.....	51
3.2.10 A preparação de forma inadequada do solo.....	51
3.2.11 A qualificação de mão de obra para as cadeias ofertadas.....	52
3.3.1. Pontos fortes e oportunidades do PBF no Ramal da Torre.....	52
3.3.2 A preocupação com a descontinuidade das Políticas Públicas.....	55
4. CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS	57
5. REFERÊNCIAS	66
6. APÊNDICES	70

“Ecologia sem luta de classes é jardinagem.”

(Chico Mendes)

1. INTRODUÇÃO

Mediante o aquecimento do planeta e as diversas catástrofes ambientais geradas a partir da intervenção humana, se faz necessário uma atuação consciente sobre a importância da proteção ao meio ambiente, visando mitigar os fortes impactos que a espécie humana tem ocasionado ao meio ambiente. Portanto, a proteção do meio ambiente é o despertar para a crise civilizatória que põe em risco não só a espécie humana, mas também os diversos ecossistemas do planeta. O despertar para essa preocupação da importância da questão ambiental, representa a fundação de uma nova relação entre a humanidade e a natureza, que deve ser baseada no respeito.

As Unidades de Conservação (UCs) são definidas pela Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UCs no Brasil. Dessa forma, o SNUC é constituído pelo conjunto das UCs do país englobando a federação, estados e municípios e suas normas disciplinantes (Brasil, 2000). Ainda, segundo a mesma lei, compreende-se como UCs: “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais”. A referida legislação destina-se não só a preservar os recursos ambientais, como também a diversidade biológica, compreendendo a diversidade de ecossistemas e suas relações entre as espécies. O SNUC, também, define o que é preservação da natureza, proteção integral, manejo, conservação *in situ*, uso direto e indireto e o uso sustentável.

No artigo 7º, a Lei nº 9.985/2000 estabelece que as UCs integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas, os quais:

I - Unidades de Proteção Integral: seu objetivo básico é a preservação da natureza, admitindo-se apenas o uso indireto dos seus recursos naturais;

II - Unidades de Uso Sustentável: seu objetivo básico é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (Brasil, 2000).

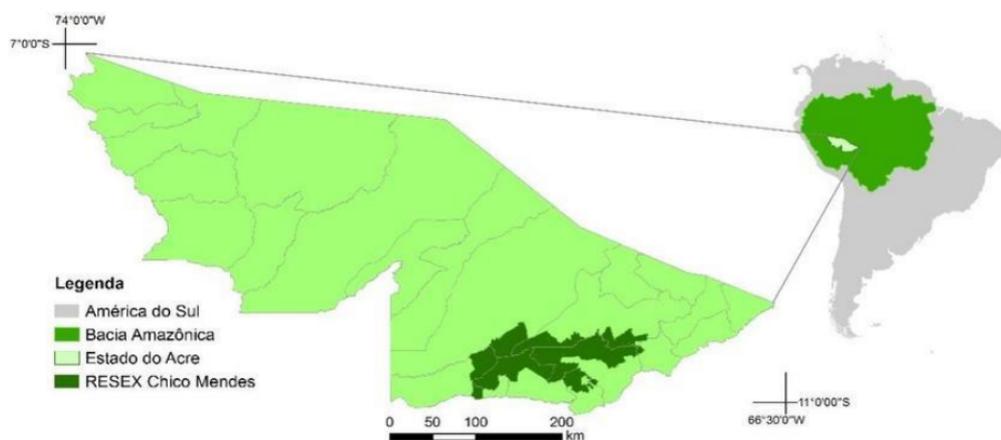
Dentro do grupo das UCs de Uso Sustentável, encontra-se a categoria intitulada de Reserva Extrativista, popularmente conhecida como RESEX, cujo objetivo é ter uma área de domínio público em que haja a extração de recursos naturais feitos por populações tradicionais. O SNUC, define ainda que não pode haver áreas particulares dentro da RESEX, uma vez que:

“A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.” (Brasil, 2000, art 18).

A RESEX Chico Mendes (Figura 1), foi concebida no grupo II, portanto, sua modalidade é Unidade de Conservação de Uso Sustentável categorizada pelo inciso IV – como Reserva Extrativista. E, no âmbito desta lei, fica assim definida:

A gestão da Reserva Extrativista é realizada por um Conselho Deliberativo misto, que assegura a participação do poder público, de representantes de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área. Esse Conselho Deliberativo, é responsável pela elaboração e a aprovação do Plano de Manejo da unidade, o que ocorreu na Resex Chico Mendes, considerando as especificidades do SNUC, bem como as demandas e os interesses da comunidade local (Brasil, 2000).

Figura 1- RESEX Chico Mendes



Fonte: WWF, 20**.

Dessa forma, vale mencionar que as UCs são consideradas um patrimônio da humanidade, de relevância planetária, pois contribuem para o equilíbrio de ecossistemas. A valorização dessas UCs, é extremamente relevante para a manutenção da qualidade de vida de todos nós e para a garantia de uma vida digna para as gerações futuras.

Conforme Araújo, Baima e Gomes (2017) as UCs cobrem 22% da Amazônia Legal e são uma estratégia eficaz para conservar animais e plantas, oferecer serviços ambientais, conter o

desmatamento e manter o equilíbrio climático do planeta. Além de serem essenciais para a manutenção da biodiversidade.

Portanto, as UCs são importantes para a garantia da qualidade ambiental, pois, elas prestam serviços ambientais que asseguram o equilíbrio de ecossistemas. De acordo com a legislação em vigor, a criação de uma UC deve ser precedida de estudos de viabilidade técnica e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento (Brasil, 2000).

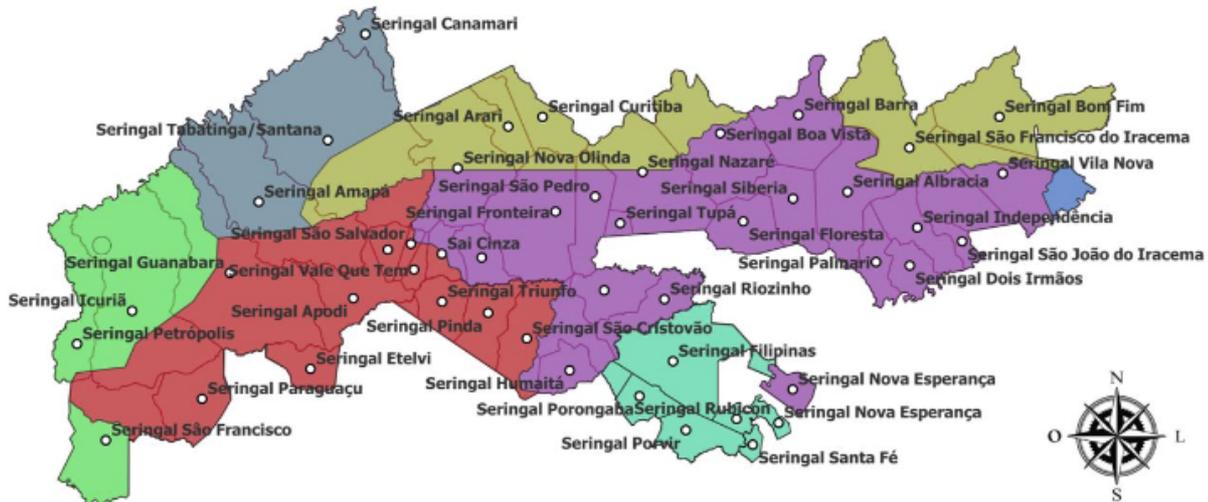
Conforme o SNUC: “a *posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais nas Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável serão regulados por contrato*” (Brasil, 2000, art. 23, grifo nosso). E, o ingresso de pessoas na localidade para fixar residência, de praxe, é submetido à aprovação dos membros de um grupo organizado de moradores para avaliação do perfil social do postulante e o impacto de vizinhança da sua presença na comunidade. Dessa forma, as UCs de Uso Sustentável são importantes, pois compatibilizam as atividades de conservação com a intervenção humana respeitando a cultura e as tradições das populações, que tradicionalmente ocupam as áreas. No caso do Acre, os povos indígenas e/ou originários são localmente denominados de “Povos da Floresta”.

Vale mencionar que, a erradicação da pobreza extrema é condição necessária para a realização dos objetivos assumidos rumo ao desenvolvimento sustentável segundo deliberações da Organização das Nações Unidas (Corrêa, 1991), dessa forma, a implementação de programas destinados às UCs de Uso Sustentável são importantes por se tratarem de uma garantia de acesso a direitos sociais tais como: segurança alimentar e nutricional, saúde, educação, cultura, trabalho, geração de renda decente, entre outros. Ao mesmo tempo em que, a execução de tais programas é uma forma de assegurar que as populações que habitam as UCs tenham condições dignas de vida para permanecerem prestando seus relevantes serviços de proteção ambiental.

O Programa Floresta Plantada (PFP), concebido pelo governo do Estado do Acre para a região da RESEX Chico Mendes, é o objeto de análise dessa proposta de investigação, tal programa foi pautado nos preceitos acima mencionados e estimulado por um esforço de resposta a depredação da RESEX conforme relatório (Imazon, 2015; INPE, 2021), sendo o Imazon e o Inpe, as instituições que monitoram o avanço de queimadas na Amazônia.

A comunidade estudada é a Ramal da Torre, a qual está situada entre (especificamente, na divisa) do Seringal Porvir e do Seringal Santa Fé (Figura 2).

Figura 2- Seringais da RESEX Chico Mendes



Fonte: ICMBio, 2023.

1.1. A relação do Pesquisador com a comunidade e com o objeto da pesquisa

A minha relação com a floresta começou antes do meu nascimento, pois meus ancestrais se deslocaram do nordeste brasileiro fugindo da seca no período áureo da borracha, em virtude da extração do látex, conforme relatos presenciados na infância.

Diálogos informais de minha avó materna, Maria Ferreira de Lima, vulgo “Maria Menino”, e de outros familiares, dão ciência que a família dela (meus bisavós maternos) foram passageiros do então personagem da historiografia acreana, coronel Victor¹, de quem segundo minha avó, a minha bisavó (Maria Teodora, a Dóra) era afilhada. Ouvei esses relatos ainda criança antes mesmo de ter noção de quem se tratava o comandante do barco em que meus ancestrais se deslocaram para a Amazônia em 1912, quando minha avó tinha cerca de 4 anos de idade. Minha avó chegou mesmo a me relatar detalhes do traslado do embarque em Fortaleza (CE), descrevendo o trajeto e a chegada na Amazônia. Minha família quando chegou, ficou no seringal Bom Destino. Relatos estes, que têm sido registrados em um livro de memórias em produção.

Dessa forma, minha relação com a área onde hoje se situa o objeto do presente estudo, iniciou nos tempos áureos da extração da borracha, quando meus familiares, retirantes do Nordeste, se fixaram na floresta para servir de mão de obra na extração de látex. Meu avó materno, José Francisco, vulgo “Zé Menino”, foi empregado do seringal “Santa Fé” onde conduzia o comboio de muares que transportava mercadorias no interior da floresta. Ele, na condição de comboieiro², mesmo sem saber ler e escrever, tomava nota de todas as demandas dos moradores do meio da floresta e residiu na região de divisa, que compreende hoje a comunidade Ramal da Torre. Depoimentos orais de moradores da época atestam que ele tinha uma memória fantástica e entregava todas as encomendas com alta precisão ao destinatário. Sem esquecer sequer uma agulha.

Um dos principais protagonistas do PFP na localidade, o Sr. João Caetano, foi casado por longos anos com uma prima minha legítima, o que ao longo do tempo ocasionou um relação de proximidade e um acúmulo de informações.

¹ **Joaquim Vítor da Silva**, cearense de Canindé, chegou ao Acre em 1886, aos 16 anos, trabalhou no Seringal Bom Destino como empregado, depois como sócio e tornou-se proprietário. nos áureos tempos do látex, se destacou como grande exportador de borracha foi um dos líderes da “Revolução Acreana” guerra contra os bolivianos pela anexação das terras do Acre (Patrimônio Histórico/ACRE, 2022).

² **Comboieiros** são personagens proeminentes do sistema de exploração do látex na Amazônia, pois conduziam tropas de muares que faziam o transporte de mercadorias e o escoamento da produção dos seringais no meio da floresta.

Como pode ser observado, a minha relação com a comunidade Ramal da Torre, começou bem antes do meu ingresso no mestrado e se intensificou a partir do momento em que, enquanto Servidor Público do Estado do Acre, fui lotado na Secretaria de Agricultura e Produção Familiar (SEAPROF) em Epiaciolândia e, por força de ofício, eu tinha que estar presente em reuniões, muitas vezes, fazendo acompanhamento das Políticas Públicas que o Estado destinava a região.

Em três outras oportunidades, enquanto militante político do Partido dos Trabalhadores (PT), estive na comunidade participando do processo eleitoral. Foi então que me deparei com aspectos da realidade que questionavam a execução das Políticas Públicas destinadas pelo governo para a região.

Em uma das minhas visitas, constatei um ato político liderado pelas forças conservadoras, em retaliação à uma postura dos ICMBio que havia notificado a comunidade local, por infrações ambientais. A reunião, bastante inflamada, contava com a presença maciça da comunidade com um senador da república, de direita, e com a presença de vários outros políticos locais, dentre eles o ex-líder sindicalista Osmarino Amâncio³, que tinha sido companheiro de Chico Mendes e contemporâneo de Luís Inácio Lula da Silva no movimento sindical. O eixo principal dos discursos era a crítica à política ostensiva do ICMBio e, uma suposta falta de alternativas de políticas públicas para a comunidade.

Fiquei surpreso com o posicionamento da comunidade, pois, eu tinha conhecimento, tanto quanto eles, que ali o poder público se fazia presente com o programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), através do crédito moradia que melhorou consideravelmente as residências na comunidade, também o Programa Floresta Plantada (PFP) que apesar de todos os gargalos e, sobretudo, com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que conforme relatos da própria comunidade ouvida é uma iniciativa muito bem vista pelos produtores locais.

A partir desse episódio, surgiu em mim uma necessidade e um esforço na tentativa de compreensão de qual fenômeno estava acontecendo naquela localidade, que apesar da assistência, e dos investimentos do poder público, a comunidade desenvolvia uma resistência à qualquer discussão vinculada ao processo de sustentabilidade.

Enquanto servidor público lotado na antiga SEAPROF (posteriormente SEPA, SEPROD e, hoje, SEAGRI) tinha acompanhado o processo de implantação do PFP e conhecia alguns dos seus

³ O processo de hostilização foi fortalecido inclusive por dissidências dos governos da Frente Popular. Disponível em: <https://oaltoacre.com/osmarino-critica-governo-do-acre-e-federal-de-ter-esquecido-do-seringueiro/>. (Acesso em 29 ago. 2023).

gargalos. Tinha conhecimento das fragilidades da execução do projeto desde sua concepção e, principalmente, da forma como os produtores da localidade tinham recepcionado a iniciativa.

Mas, desde o início, uma coisa que não estava clara e que precisava ser pesquisada, existia uma razão mais profunda ou razões que justificassem esse posicionamento hostil da comunidade. Por ter parentes, conhecidos e amigos na localidade, estive presente na inauguração da primeira escola da comunidade. Conhecia também alguns moradores que habitavam a região e a partir daí, busquei fazer um esforço para tentar compreender o que estava se passando.

A culminância da resistência se deu na eleição de 2018, quando a comunidade, apesar dos investimentos, se posicionou politicamente contra o projeto de governo identificado com as políticas sustentáveis e liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

1.2. Caracterização histórica da comunidade Ramal da Torre

Neste subcapítulo, buscou-se apresentar aos leitores a comunidade de Ramal da Torre (Figura 3), como têm-se poucos trabalhos sobre a região específica, aqui, foi reportado trechos e informações obtidas nas entrevistas, cujas abordagens utilizadas são melhor explicadas no capítulo metodológico deste trabalho.

Figura 3- Torre de telefonia que deu nome à comunidade



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

A comunidade Ramal da Torre fica nas proximidades do município de Eptaciolândia (28 km), à margem esquerda da BR 317. A região tem alta mobilidade de habitantes, intensificada nos últimos anos em função de um intenso processo de compra e venda de terras na comunidade. E, devido sua localização próxima à cidade, há praticamente um sistema de loteamento de chácaras, uma vez que as propriedades em grande quantidade são consideradas de pequeno porte (abaixo de 10 hectares por família).

Essa alta volatilidade de moradores na região influencia a não formação de um capital social político comprometido com as causas históricas de outras comunidades existentes dentro da Resex Chico Mendes, como é o caso da região em que Chico Mendes nasceu e, também, de outras comunidades. Essa característica corrobora o argumento do presidente da AMOPREAB (Campelo, 2023) que afirma ser a Resex um apanhado de realidades distintas.

Na compreensão do referido presidente, assim como de outras lideranças, há uma pluralidade de comunidades com realidades distintas dentro da mesma reserva extrativista Chico Mendes, sobretudo, por se tratar de uma área extensa.

Dados fornecidos pelo presidente da Associação de Produtores do Ramal da Torre⁴, de posse do senhor Lídio Rodrigues (morador da comunidade, que cedeu tais informações), indicam que 61 famílias têm propriedade na região. O mesmo também alega que muitos dos proprietários de áreas na localidade residem na cidade. Desses produtores que possuem residência e residem na localidade, a maior propriedade pertence a João Caetano e Dona Claudécir Caetano, que são proprietários da única experiência exitosa com seringal de cultivo do Floresta Plantada na comunidade.

O senhor Giovanni Bananeira, de idade bastante avançada, é um dos moradores mais antigos da comunidade. E é uma das pessoas que questiona o processo de demarcação das terras da reserva, realizado em 12 de março de 1990. Bananeira, alega que há áreas que já se encontravam com terras tituladas e que, por isso, não deveriam estar inseridas, segundo ele, no perímetro da Resex. O idoso, classifica o processo de demarcação da reserva como arbitrário. A família do senhor Bananeira, é uma das mais tradicionais na comunidade, pois os filhos foram crescendo e também foram adquirindo áreas e se transformando em produtores também na localidade. A seguir, sistematiza-se um apanhado sobre a tipificação dos moradores do Ramal da Torre (Quadro 1), que ilustra as informações fornecidas sobre a comunidade até o momento.

Quadro 1- Tipificação dos moradores do Ramal da Torre

Item	Tipificação	Quantidade
O1	Moradores efetivos	61
O2	Proprietários não residentes	24
Total		85

Fonte: Associação dos moradores do Ramal da Torre (2023).

⁴ Devido a ausência de dados institucionais grande parte das informações foram obtidas *in loco* e sistematizadas pelo pesquisador

Conforme depoimento do presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Epitaciolândia, Sebastião Ferreira, o Tião do sindicato⁵, nascido e criado na comunidade localidade, o Ramal da Torre era colocação nova vida do *Seringal Santa Fé*⁶.

Segundo Ferreira (2023), no ano de 1978, no período caracterizado pela falência dos seringais e pelo advento do início do processo de pecuarização da Amazônia, os fazendeiros compraram todos os seringais e os seringueiros tiveram que sair de lá, despejados. A relatos na minha família que atestam esse fenômeno. Estes receberam indenização simbólica e tiveram que sair às pressas. O Senhor Ferreira, ressalta que: “Em 78 a gente saiu de lá, e a área ficou em posse do fazendeiro até 1990, quando foi criada a Resex Chico Mendes. Daí pra cá começou a povoar. Em 1988, o INCRA desapropriou e demarcou, dando terra para os posseiros”.

De acordo com o representante da associação de produtores (Rodrigues, 2023) “mais de 60% dos moradores de lá (do Ramal do Torre) vivem da agricultura familiar. “E os que não entregam no projeto do PNAE, no projeto da CONAB, vende aqui na feira”. A sobra é vendida tudo aqui na feira, e ainda informa que o transporte da produção é realizado pelo poder público através de caminhos do município, de acordo com ele “Tem parceria com a prefeitura que busca a produção do PNAE⁷, de 15 em 15 dias, às terças feiras e pra feira sempre às quinta feira, com uma contrapartida de 10 reais por produtor”.

No entanto, a comunidade passou por algumas fragmentações, com o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Chico Mendes, a área foi dividida em pequenas propriedades. Quando se tornou uma reserva, os posseiros já ficaram lá.

A justificativa para a fragmentação das propriedades é apontada pelo Senhor Ferreira como uma consequência da ausência do Estado. Para ele : “O poder público se afastou dessas pessoas e elas começaram a vender. Começaram a vender nos anos 2000, de acordo com ele ”dos 3 proprietários iniciais já tinha aumentado para 7, assim, foi aumentando a quantidade de famílias.

Diante do acentuado avanço de antropização da área, e o perfil dos novos ocupantes que se auto definem como identificados com o agronegócio, a resistência a iniciativas sustentáveis não é

⁵ A denominação “Tião do sindicato” deriva da longa permanência de mais de uma década à frente da instituição sindical

⁶ “Seringal Santa Fé” pertencia ao município de Xapuri, e foi uma das maiores unidades produtivas de látex do período áureo da borracha, concentrando um grande número de famílias e alta produtividade de borracha.

⁷ PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar abriu processo licitatório para entrega de alimentos para as escolas do município e a Associação do Ramal da Torre ganhou o certame. Produtores do PFP são beneficiários desse programa.

uma surpresa. A deputada Mara Rocha (PSDB), proponente da alteração dos limites da Resex, direcionou através de emenda um recurso para um ponto de Internet que fica nas imediações da sede da associação e atende a comunidade. É comum na localidade a concentração de estudantes e moradores com telefone móvel na mão utilizando o sinal.

O presente estudo foi focado em analisar o processo de implementação do Programa Floresta Plantada na RESEX Chico Mendes, a partir da sua implantação na comunidade Ramal da Torre no período de 2014-2018.

Atendo-se ao que se propunha como objetivo específico desta proposta de pesquisa:

- Levantou-se dados sobre o Programa Floresta Plantada na RESEX Chico Mendes;
- Identificou-se quais são os problemas e as oportunidades do Programa Floresta Plantada na visão dos atores envolvidos direta e indiretamente com o programa na região;
- Mapeou-se fatores externos que, segundo a visão dos envolvidos com a iniciativa, interferiram na implementação do Programa na comunidade, levando-se em conta a perspectiva de autoridades e beneficiários e lideranças afins com a causa;
- Identificou-se neste trabalho o impacto que o Programa Floresta Plantada (PFP) teve na alteração da renda per capita das famílias contempladas na comunidade Ramal da Torre.

Do ponto de vista metodológico a presente pesquisa pode ser classificada como uma abordagem qualitativa e descritiva, na qual busca-se trazer a realidade manifestada pelos olhos dos próprios sujeitos da situação social estudada. Apresenta-se como interdisciplinar, pois analisa a relação do sujeito-objeto de pesquisa, sobre a visão da articulação de diversos campos de saberes, em que o foco e o objeto não encontram uma resposta somente em uma área (GARCIA- JUNIOR; VERDI, 2015).

Na coleta de dados, utilizou-se como método principal a pesquisa documental, a qual é definida como sendo a pesquisa que utiliza fontes primárias de dados, ou seja, dados que ainda não receberam tratamento científico (GIL, 2007). Como fonte de aquisição dos referidos dados, utilizou-se fontes do Instituto Chico Mendes (gestor da Unidade de Conservação Estudada), do Poder Público Local e de instituições que têm como causa principal a preservação do território.

Além disso, como o pesquisador principal possui uma vivência na área e no programa estudados, utilizou-se do diário de campo, metodologia que propõe a utilização da experiência do

pesquisador como uma fonte de dados, para tanto, utiliza-se de anotações e dados do mesmo (KROEF; GAVILLON; RAMM, 2020).

Por fim, para ter-se uma visão múltipla e participativa a respeito do tema estudado, realizou-se entrevista semiestruturada com os moradores locais (Apêndice 1). Junto à entrevista, os participantes receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice 2).

“As entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados” (BONI; QUARESMA, 2005).

Contudo, por se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos, a mesma foi avaliada pelo Comitê de Ética da Instituição proponente e, por se tratar de pesquisa em Unidade de Conservação (UC), o projeto foi submetido também ao Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO).

As entrevistas foram gravadas e decupadas. Os dados foram analisados e aqui estão apresentados em texto, planilhas e/ ou gráficos. Os entrevistados, quando nomeados, utilizou-se do sobrenome dos mesmos, com a devida anuência.

Os registros fotográficos feitos na comunidade com comunitários, mediante autorização dos envolvidos, foram realizados pelo pesquisador, e/ou sua companheira, a socióloga Sheyvane Magalhães, que acompanhou a pesquisa durante o estudo,

2. CAPÍTULO 1 - A ÁREA DE ESTUDO: CONHECENDO A RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES

2.1. A RESEX CHICO MENDES: Sustentabilidade em ameaça

A Reserva Extrativista Chico Mendes (Resex Chico Mendes) possui uma área de 9700 km². Tal Unidade de Conservação é a segunda maior unidade de proteção da categoria, abrange 07 municípios, sendo estes: Assis Brasil, Brasileia, Xapuri, Capixaba, Eptaciolândia, Sena Madureira e a capital do estado do Acre, Rio Branco. A RESEX Chico Mendes, possuía em 2009, uma população de 10.327 pessoas, distribuídas em 1.900 famílias (PONTES, 2018).

Figura 4- RESEX Chico Mendes- Aspectos Gerais.



Fonte: PONTES/VEJA *apud* ICMBIO, 2018.

A referida Resex começou a ser planejada no ano de 1980, pelo próprio Chico Mendes junto com seus companheiros, tendo como objetivo principal proporcionar o desenvolvimento econômico e a conservação da Floresta Amazônica. Cerca de 10 anos depois, após o assassinato de Chico Mendes, a Resex Chico Mendes fora então legalmente instituída no governo Sarney. A execução de Chico Mendes em dezembro de 1988 em Xapuri no Acre, gerou grande comoção e uma forte pressão internacional para a criação da RESEX. Sua gestão, a priori, ficou sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA (BRASIL, 1990).

Produto da luta histórica dos seringueiros da Amazônia Ocidental – especificamente dos seringueiros do Acre –, a Reserva Extrativista (RE) surge, em âmbito institucional, entre fins dos anos 80 e início dos anos 90, como a única modalidade de conservação da legislação ambiental brasileira que prevê, simultaneamente, o uso sustentável dos recursos naturais e a regularização fundiária dos espaços das populações tradicionais (CUNHA, 2001).

Dessa forma, a Resex Chico Mendes resulta da mobilização dos movimentos sociais dos seringueiros⁸, da luta dos que resistiram à política autodenominada desenvolvimentista de expansão da pecuária extensiva do Governo Federal na Amazônia, no final da década de 60, durante o regime militar. Essa política do governo Federal provocou a expulsão de famílias inteiras dos seringais no meio da floresta amazônica para as periferias das cidades, que no Acre dirigiram-se, sobretudo, para a capital Rio Branco (DUARTE, 1987). Os impactos socioeconômicos e ambientais gerados na região Amazônica suscitaram intensas reações por parte das populações tradicionais, organizadas nos movimentos sociais dos seringueiros, que aliados aos movimentos ambientais e ecológicos contribuíram para a criação das Resexs (BATISTA, 2004).

A importância e a força desses movimentos são notórias. Como esclarece Sztompka (1998) esses movimentos são: “[...] coletivos fracamente organizados que atuam juntos, de maneira não-institucionalizada, para produzir alguma mudança na sociedade” (p. 465). Pode-se dizer, então, que esses movimentos não só foram resultado de mudanças sociais anteriores impostas pela política desenvolvimentista dos Governos Militares, como, também, foram atores e promotores de novas transformações sociais, concretizadas na instituição das Resexs.

⁸ Os Empates Como forma de impedir ou embargar as derrubadas da mata, os “empates” configuram-se como ações coletivas, de caráter espontâneo, empreendidas pelos seringueiros, a partir do início dos anos 70, quando um grupo que varia entre setenta, cem ou duzentas pessoas (homens, mulheres e crianças) realiza uma espécie de mutirão, com o intuito de convencer os peões – encarregados da derrubada – a não utilizar as motosserras para o corte das árvores, desmontando seus acampamentos. Assim relata Chico Mendes: “Lembro que em 10 de março de 1976 aconteceu o primeiro movimento mais importante, quando chegaram três seringueiros de um seringal próximo a Brasiléia e denunciaram que a área deles estava sendo devastada por cem peões, com pistoleiros na região. Pela primeira vez reunimos setenta homens e mulheres e fizemos uma trincheira na selva para impedir o desmatamento. Esse fato chamou a atenção de todos, inclusive, do exército e da polícia. Mas, a gente chegou à conclusão que a luta era ali mesmo (...). Era o seguinte: fazíamos o cordão de mãos dadas e cercávamos a área que estava sendo desmatada; não deixávamos os caras entrar e desmontávamos seus acampamentos” (Fonte: CUNHA *apud* Chico Mendes, 1989).

As Reservas Extrativistas foram regulamentadas pelo Governo Federal, pelo Decreto n° 99.144, de 12 de março de 1990, tendo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis –IBAMA, à época, como órgão gestor (CAVALCANTI, 2015; BRASIL, 1990).

Com a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade- ICMBio, órgão criado pelo governo federal na gestão Lula (2002/2014) para administrar as Unidades de Conservação do País quando a contemporânea de Chico Mendes, Marina Silva, ocupava o Ministério do Meio Ambiente. A partir de então, o ICMBIO passou a atuar nessas áreas apenas como fiscalização, autorização do uso de recursos naturais e licenciamento (BRASIL, 2010).

Segundo o Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS *apud* Costa Filho (1992), cada colocação possui em média 300 ha, sendo seus limites e demarcações todos naturais, ou seja, demarcada pelos “varadouros” (caminhos entre as colocações), rios, “igarapés” (córregos), árvores de seringueiras e castanheiras, etc.

A Resex Chico Mendes, além de importância social e ambiental, traz consigo contextos políticos diversos, que muitas vezes foram fundamentais para que a área pudesse cumprir com seus objetivos de criação. Assim sendo, a seguir, o autor deste trabalho, a partir da sua vivência no campo político local, traz uma contextualização do tema e de como ele se relaciona com a UC aqui estudada, trazendo outros autores e autoras que tiveram objetivos semelhantes.

A experiência dos governos do campo democrático popular inaugurada no Acre a partir de 1998, 10 anos após o assassinato de Chico Mendes, se deu com a ascensão do grupo político denominado os “Meninos do PT”, por meio da coalisão batizada de Frente Popular do Acre – FPA, liderada pelos companheiros de luta de Chico Mendes, os ex-governadores Jorge Viana (PT), Binho Marques (PT) e pela então senadora e ex-Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (a época no PT). Essa ascensão representou a chegada dos adeptos da luta socioambiental à esfera do poder institucional local no Estado do Acre.

A expressão “Meninos do PT”⁹, além do caráter misógino pois negava a participação das mulheres (vide a ambientalista Marina Silva e a sindicalista Naluh Gouveia, entre outras), foi cravada pela imprensa conservadora local com clara conotação pejorativa. A partir da vitória nas urnas dos

⁹ O termo “Meninos do PT ” é uma expressão recorrente que a direita utilizava na imprensa conservadora para estigmatizar os petistas contemporâneos de Chico Mendes como inexperientes e despreparados.

denominados companheiros de Chico Mendes a luta saiu dos varadouros¹⁰ e ocupou o epicentro das decisões políticas. Não por acaso o primeiro governo desse ciclo (1998-2018) foi batizado com o slogan de “Governo da Floresta”.

Usando como principal ponto da sua proposta de governo a questão da preservação ambiental, a partir do discurso da superação do antropocentrismo e do respeito à natureza, com vistas a levar aos habitantes da floresta acreana os mesmos direitos a uma vida digna reservados supostamente às pessoas moradoras das cidades, o Partido dos Trabalhadores (PT), quando assumiu o governo do estado do Acre, em 1999, criou um neologismo denominado “Florestania”, a partir da junção das palavras “floresta” e “cidadania” (PINHEIRO, 2010, p. 01).

Além de intentar resgatar o Estado para o campo da institucionalidade (NEPOMUCENO, 2019), esse novo governo teve como desafio implantar os ideais de Chico Mendes, formuladas no Estado do Acre na concepção do que se convencionou denominar como Florestania: a cidadania dos Povos das Florestas (PINHEIRO, 2010; BOFF, 2011).

Tendo como referência Boff (2011) concebe-se o conceito da gestão pública no Acre com a lógica do cuidar e não de um administrar. Utilizando como analogia o papel convencional de uma mãe que, para Boff (2011), cuida e não administra um filho. A referida concepção influenciou fortemente esse período do primeiro governo do Partido dos Trabalhadores (Gestão Jorge Viana – 1998/2006).

Compreendendo-se por cuidado o que define Mortari:

“Pode-se afirmar que a essência do cuidado consiste em ser uma prática que acontece em relação, que se atualiza segundo uma duração temporal variável, movida pelo interesse pelo outro e orientada a promover o seu bem-estar-aí, e que, por isso, se ocupa de algo que é essencial para o outro” (MORTARI, 2018, p. 91).

Essa experiência foi denominada “Governo da floresta” (Figura 5) buscou resgatar a autoestima dos povos tradicionais, dos egressos da floresta até então excluídos e marginalizados, e voltou-se à valorização da cultura local. A população passou a ter orgulho de sua origem na floresta e de sua ancestralidade. Na seara administrativa fez-se uma gestão considerada modernizadora da máquina pública e avançada para época (NEPOMUCENO, 2019).

¹⁰ **Varadouros:** plural de **varadouro**. Atalhos, veredas. Vias de acessos na Amazônia, caminhos abertos em terra firme a golpe de facões e machados para exploração do látex na floresta e o escoamento da produção. Nos anos 70 a simbologia da palavra deu nome ao jornal de resistência ao latifúndio “O Varadouro”, ligado a Teologia da libertação da igreja Católica que atuava em defesa do movimento popular e a favor dos povos da floresta.

Figura 5- Logo do primeiro governo dos companheiros de Chico Mendes



Fonte: Arquivo pessoal.

Mas a luta política pelos rumos do desenvolvimento do Estado não se deu de forma fácil nem sem enfrentar resistências, conforme discorre Foucault (1979) acerca da “Metafísica do Poder” quando reflete sobre as tecnologias e dispositivos de saber-poder e o método genealógico. Para o autor, as pessoas exercem poder ao mesmo tempo em que sofrem o exercício do poder, dependendo do papel social que estão ocupando naquele instante na sociedade. Portanto, é possível afirmar que essas relações de poder na comunidade interferem na implementação de políticas públicas no âmbito do que compreende sobre poder como esse jogo de poder/saber. Considerando-se, portanto, esse enunciado com um pressuposto de ponto de partida para a investigação para se buscar compreender o que aconteceu durante o processo de implementação do Programa Floresta Plantada na região do Ramal da Torre.

Ainda sobre a questão se faz necessário citar Nepomuceno (2019) para quem o latifúndio e o agronegócio fizeram o enfrentamento silente e escamoteado enquanto puderam até acumular forças o suficiente para fazer o enfrentamento do projeto socioambiental em campo aberto nas eleições de 2018.

Após duas décadas de governos do Partido dos Trabalhadores (PT), os conservadores retomaram ao poder pela via democrática e o projeto de poder identificado com a pecuária, que ceifou a vida de Chico Mendes e de tantos outros, voltou com força e robustez. (NEPOMUCENO, 2019).

Em 2019 a deputada federal campeã de votos no Estado, no pleito de 2018, Mara Rocha, filiada ao Movimento Democrático Brasileiro - MDB, apresentou, em 19 de novembro de 2019, no Congresso Nacional, em Brasília, o Projeto de Lei (PL) 6024/2019, que altera os limites da Reserva Extrativista Chico Mendes (RESEX Chico Mendes) e modifica a categoria do Parque Nacional da Serra do Divisor (CÂMARA DE DEPUTADOS, 2021). Uma das principais áreas atingidas é a comunidade Ramal da Torre na RESEX, que é objeto de análise dessa pesquisa.

Na avaliação de lideranças históricas ligadas ao movimento socioambiental vinculada à AMOPREB, essa possível e abrupta mudança nos limites da reserva representa um retrocesso e uma séria ameaça ao futuro da RESEX Chico Mendes, pois abre um precedente perigoso para o esfacelamento da referida unidade de conservação.

O PL¹¹ visa reduzir a RESEX e regularizar invasores, segundo o sítio eletrônico Ecodebates (2021) *“O projeto apresentado pela deputada Federal Mara Rocha (MDB) não apenas reduzirá em 222 km² a reserva de 9.705 km², mas também permitirá a regularização de terras de grileiros e invasores.”*

A comunidade ramal da Torre localiza-se ao longo da BR 317 no km 27 + 4 km de estrada vicinal. Situa-se na Resex Chico Mendes entre os municípios de Xapuri e Eitaciolândia, no Acre. Segundo o ICMBio (2019) a comunidade tinha 110 famílias das quais poucas eram oficialmente assentadas.

De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eitaciolândia, em março de 2003 moravam 15 famílias na comunidade Ramal da Torre e mediante a falta de infraestrutura decidiram se organizar para fundar uma associação.

Segundo os moradores da localidade a comercialização de áreas na localidade se deu em função das precárias condições que existiam.¹²

A RESEX Chico Mendes, foi uma das primeiras a ser criada no Brasil, localiza-se no Sudeste do Estado do Acre e abrange os municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Eitaciolândia, Rio

¹¹ O Projeto de Lei 6024/19 retira dos limites da Reserva Extrativista Chico Mendes, no Acre, áreas específicas dos municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Eitaciolândia, Rio Branco e Sena Madureira. A autoria do projeto é da deputada Mara Rocha (PSDB-AC), Fonte: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2229754>

¹² Essa alta rotatividade de moradores na comunidade fragiliza a formação de um capital social local consistente identificado com as causas originárias da resex em outras regiões.

Branco e Sena Madureira, no Vale do Acre, no Estado do Acre, de acordo com o Plano de Manejo da UC (BRASIL, 2006).

A reserva, enquanto UC, pode ser assim concebida:

“(...) uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade” (BRASIL, 2006).

Grande parte da insatisfação aos rumos do desenvolvimento na RESEX para Pontes (2019) é atribuída, no discurso da comunidade local e no discurso de setores de oposição ao socioambientalismo, aos 20 anos de gestão do Partido dos Trabalhadores - PT à frente do governo do Estado do Acre.

2.2. As políticas públicas na Resex Chico Mendes na avaliação da AMOPREB

O presidente da AMOPREB reconhece a importância do PFP, de acordo com o mesmo: “o PFP é um projeto bonito. Se trabalhado, conforme está no papel, se tornaria uma coisa bem bacana. Impulsionaria a restauração de áreas degradadas. Que é o que a gente almeja”. No entanto, o mesmo admite que a implementação do programa deixou a desejar, sendo que: “em algum setor, posso dizer assim, ficou algo a desejar para que isso fluísse com segurança com mais eficácia”. Um acompanhamento mais próximo, dos nossos órgãos Embrapa, SEPA e AMOPREB.

E o que é a salutar, e difere do ponto de vista de outros entrevistados é que, em depoimento, o próprio presidente da AMOPREB faz um mea-culpa e admite que a instituição que ora ele representa, também falhou na execução do PFP, declarando que faltou “Um acompanhamento mesmo dos órgão gestores e da própria Associação (AMOPREB)”.

Em se tratando de políticas públicas, o mesmo reconhece a relevância de iniciativas como o PFP mas as considera insuficiente para dar conta do tamanho das demandas da RESEX. Registra a contribuição destas no interior da reserva, ainda que de forma, na avaliação dele, incipiente.

“Aos poucos chegou alguma Política Pública na Resex mas ainda não é o suficiente para que a gente venha conseguir manter o tão sonhado sonho de Chico Mendes e Wilson Pinheiro¹³ que era “brigar” pela floresta. Quando falo

¹³ Wilson Pinheiro, em 1980, e Chico Mendes, em 1988, foram líderes dos trabalhadores rurais executados pelo latifúndio no Acre. Fonte: Silva, Marcos Fernando. Doc “O Sujeito Coletivo -Wilson Pinheiro precursor de Chico Mendes”

brigar é brigar no bom sentido: pela manutenção da floresta. Que as pessoas tivessem direito de usufruir do extrativista” (CAMPELO, 2023).

Mesmo admitindo necessidade e a importância de programas estratégicos como o PFP a representação da AMOPREB, defende que precisa ampliar serviços e ter políticas constante e de longo prazo:

“Eu creio que nós temos que ter uma política permanente. Nós precisamos de políticas permanentes. Os projetos vão ajudar? Vão ajudar, mas, não é só projetos. Porque hoje, no meu entendimento, o país, hoje, ainda tem um déficit muito grande quando se fala de projetos para a atender a demanda da RESEX” (CAMPELO, 2023).

O atual mandatário da AMOPREB, considera ainda o pouco alcance de iniciativas trabalhadas em projetos como um problema sério a ser superado “Às vezes a gente consegue um projeto seja governamental, seja por via de um ONG que atende ali 60 famílias de uma comunidade. Mas fica 100 famílias de fora”. Ele, destaca a necessidade de que as políticas públicas voltadas para a RESEX foquem na diversidade territorial, uma vez que a Resex Chico Mendes não é uniforme:

Nós temos áreas que não tem seringa. Área que não produz castanha. Quero dizer que nós temos áreas diversificadas na região. Ela (a RESEX) tem problemas e características diferentes e que, portanto, tem que ser enfrentados considerando essas características” (CAMPELO, 2023).

Campelo (2023), também, argumenta que foi essa percepção da diversidade da RESEX Chico Mendes que o motivou a ingressar no movimento e entrar na luta para presidir a instituição. Já na percepção da população entrevistada no interior da RESEX, as políticas públicas até então desenvolvidas são importantes, mas não suficientes, pois há necessidades estruturais que precisam ser consideradas. As ações focalizadas dão respostas imediatas, mas fica claro que necessita-se de uma implementação de políticas públicas estruturantes com foco na sustentabilidade. O reconhecimento da importância de iniciativas como o PBF, apesar dos percalços, evidencia que há uma propensão e uma acolhida da comunidade para implementação de propostas de longo prazo que sejam capazes de dar respostas mais profundas e duradouras para demandas existentes.

4.3. Pecuária na RESEX: O boi ou as árvores? ou o boi e as árvores?

Quanto ao avanço da pecuária na RESEX Chico Mendes, o presidente da Associação é taxativo, dizendo que: “O pensamento do Chico, eu posso dizer que se ele estivesse vivo hoje, no nosso meio, ele estaria repudiando o que está acontecendo na RESEX hoje.” Na leitura do mesmo, o avanço da pecuária na localidade deve-se a ausência de políticas públicas focadas na garantia de preços para os produtos oriundos da floresta

“A pecuária se deu, se impulsionou no interior da RESEX quando a gente obteve um índice de declive nos valores da produção extrativistas. Por exemplo: A borracha passou 20 anos no mundo com um congelamento que ninguém queria borracha. Não tinha comércio para a borracha. A castanha, hoje, os produtores estão vendendo uma lata aqui na nossa região a R\$30. Se conseguir chegar aqui na cidade vendem a 40 reais. Mas isso tem um custo para chegar com esse produto até a cooperativa. Isso foi originando a criação de gado na Resex. O gado deu um salto muito alto de valor. A Resex, uma área muito grande, onde as pessoas criaram um despertar para fazer pastos e criar gado” (CAMPELO, 2023).

Um dos fatos que corrobora o argumento de Campelo (2023) são as linhas de créditos ofertadas a produtores rurais (SEPA) que privilegiam e incentivam o agronegócio, disponibilizando juros baratos e assegurando até 3 anos de carência. Além de haver uma nítida preferência por gado como garantia para se acessar crédito público e por projetos de grandes concentradores de terras na Amazônia¹⁴. O banco que leva o nome da Amazônia é adepto dessa política. Até mesmo grande parte dos projetos culturais que o banco apoia financeiramente na Amazônia estão vinculados à cultura do Boi (Rodeios, Feiras de Agropecuária, Agronegócio, etc) conforme divulgação no próprio site da instituição.

O Estado disponibilizou um aparato de técnicos qualificados para elaboração desses projetos focados no agribusiness através do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural- EMATER, que elabora proposta retendo uma taxa de 2% para os cofres públicos. Diante do impasse do avanço da pecuária em área de preservação como alternativa de geração de renda, Campelo propõe uma reflexão sobre os caminhos a serem construídos como alternativa à destruição da floresta: “é umas das minhas bandeiras e a gente pergunta: o que que a gente faz? Porque nós entendemos que a Resex não é um lugar para se fazer fazenda. Para grandes criadores de gado” (Figura 6).

¹⁴ Esse posicionamento em relação ao Banco da Amazônia reflete também a visão da presidência da maior cooperativa de produtos florestais do Acre -A cooperacre, pois, em conversas informais, o representante da instituição endossou essa percepção.

Figura 6- BR 317 o boi à frente das castanheiras a pecuária em detrimento da floresta.



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

3. CAPÍTULO 2: O PROGRAMA FLORESTA PLANTADA, DO PAPEL ÀS ÁRVORES

“Onde estão as políticas públicas para a Resex? Estão no papel!”
(Luiza Carlota, liderança na RESEX Chico Mendes)

O programa Floresta Plantada (PFP) tinha como uma das metas o plantio de 10 mil hectares, de imediato o programa contemplou os municípios da Região da Resex Chico Mendes (Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Epitaciolândia e Xapuri) tendo como meta a distribuição de 2,5 milhões de mudas (ICMBIO, 2022).

O PFP foi um dos mais relevantes programas do governo do Acre gestão “Tião Viana” (2020/2018), com foco na sustentabilidade implementada na UC. Para tanto, mobilizou uma grande

estrutura do estado e captação de recursos internacionais da ordem de R\$5 milhões na aquisição de mudas e maquinário agrícola, além de assistência técnica. A iniciativa estava inserida no âmbito do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA II).

O PFP foi formulado e gerido pelo Governo do Acre através da Secretaria de Estado de Produção Familiar e Extensão Agroflorestal - SEAPROF. O PFP foi lançado com grande alarde e repercussão na imprensa local, sendo um esforço do Estado em se contrapor ao avanço da pecuarização da RESEX e potencializar o extrativismo associado com a fruticultura.

O programa impactou profundamente a economia local pois gerou de imediato demanda para a produção de mudas¹⁵ clones de “*Hévea Brasiliensis*” popularmente conhecida como seringueira e de outras espécies frutíferas tropicais. A região do Ramal da Torre foi uma das áreas contempladas, no entanto, nem esse investimento impediu a movimentação em torno da conjectura de desmembrar parte da comunidade Ramal da Torre que pertence a Resex.

Ao longo dos últimos 20 anos os governos identificados com vínculo socioambiental, implementaram diversas iniciativas, que no decurso desse período enfrentaram, e enfrentam, tentativas de desmoralização pública e desconstrução.

O PFP, além de doação de mudas melhoradas geneticamente, disponibilizou para os produtores a mecanização de áreas degradadas, acesso ao crédito e assistência técnica.

O cultivo de Seringueira, foi uma das principais cadeias produtivas trabalhadas pelo PFP que utiliza como metodologia o consorciamento de espécies denominado Sistemas Agroflorestais (SAFs).¹⁶

A fruticultura, também foi um dos pilares do Programa Floresta Plantada e foi cultivada de forma consorciada com as culturas secundárias, com o intuito de garantir renda para os produtores rurais até que espécies arbóreas atingissem capacidade produtiva. A estratégia adotada pelo governo foi trabalhar cadeias produtivas consolidadas no Acre com foco na rentabilidade e respeitando a cultura local.

¹⁵ O impacto na produção de mudas foi noticiada pela imprensa oficial do estado Fonte :<https://agencia.ac.gov.br/florestas-plantadas-o-reflorestamento-e-a-valorizacao-da-borracha/> (Acesso em: 10 set. 2023).

¹⁶ Sistemas Agroflorestais (SAFs) são formas de uso ou manejo da terra, nos quais são combinados espécies arbóreas (frutíferas e madeiras) com cultivos agrícolas e criação de animais, de forma simultânea ou em sequência temporal, que promovem benefícios econômicos e ecológicos. Fonte: Confederação Nacional da Agricultura - CNA. 2016

Além de fomentar novas atividades com potencial de geração de renda, como a apicultura, a suinocultura e avicultura (SEAPROF, 2018), destacou-se o fortalecimento da cadeia produtiva da fruticultura tendo o açaí como carro-chefe, e fomentando o cultivo da cupuaçu, acerola, maracujá e cajá, entre outras espécies.

Segundo a Agência do Notícia do Acre (AGENCIA-AC, 2011) o programa Floresta Plantada teve um grande avanço, fazendo com que em 2017 o Acre chegasse a mais de 2,5 milhões de árvores plantadas. Vale mencionar, que o Programa de Florestas Plantadas estava inserido na Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal (PVAA) desenvolvido pelo quarto mandato do Partido dos Trabalhadores a frente do governo do Acre na gestão liderada pelo então governador Tião Viana (PT).

Enquanto a floresta plantada se desenvolvia, os produtores tinham como alternativa econômica outras atividades consorciadas tais como plantio de feijão, maracujá, café, palmito, pupunha e a criação de pequenos animais, como aves e peixes.

A inserção das comunidades no Programa se dava através de consultas junto à comunidade local realizadas pelos escritórios da SEAPROF nos municípios do interior em visita aos assentamentos rurais. As comunidades selecionadas passavam pelo processo de preparação da área e recebiam a doação das espécies que eram entregues pelo Estado na sede do município. Já os produtores ficavam responsáveis pelo plantio e o cultivo (Figura 7).

Figura 7- Escritório da SEAPROF realizando entrega de mudas do PFP.



Fonte: cedida por SEAPROF, 2023

As mudas eram entregues a custo zero para os produtores, mas o descrédito na rentabilidade das cadeias produtivas e na viabilidade do investimento acabou comprometendo o interesse dos produtores. De acordo com depoimento da presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Epitaciolândia (FERREIRA, 2023) e que foi comprovado pelo pesquisador em diário de campo quando a época integrava a equipe da SEAPROF: “muitas mudas entregues foram extraviadas e não atingiram o propósito de programa”.

O fato de não se firmar nem um compromisso de contrato que exigisse a contrapartida com o comprometimento dos produtores no cultivo implicou em negligenciar a iniciativa. Há indícios que umas das limitações da iniciativa está justamente no fato de ter sido concebida de forma verticalizada pelo Estado de cima para baixo sem ouvir a comunidade. Ainda que no escopo¹⁷ da proposta apresentada ao financiador constasse a garantia de participação da comunidade na implementação e avaliação do programa.

Em depoimento de lideranças tanto do STRE quanto da AMOPREB, e até da comunidade local, fica claro que faltou acompanhamento na execução da proposta.

O programa Floresta Plantada antecipou diretrizes do governo Federal para a política Florestal do Brasil que estabelece através do Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas (Plantar Florestas) – versão para consulta pública, que tem como foco para o Plantio de Floresta (MAPA, 2018, p.3) “o desenvolvimento humano e a qualidade ambiental do espaço rural brasileiro.” Ainda segundo o Mapa, “as florestas plantadas ocupam uma área de 10 milhões de hectares (IBGE). O Brasil lidera o ranking global de produtividade florestal, com uma média de 35,7 m³/ha/ano para os plantios de eucalipto e 30,5 m³/ha/ano nos plantios de pinus” (Indústria Brasileira de Árvores, 2016) (MAPA, 2018, p.4 *apud* IBGE, 2020)

De acordo com a Confederação Nacional da Agricultura - CNA (2016) “As florestas plantadas no Brasil se estendem, atualmente, por cerca de 7 milhões de hectares, em sua grande maioria compostas de pinus e eucaliptos. Sua produção é destinada à indústria de papel e celulose, carvão vegetal, madeira serrada, produtos de madeira sólida e madeira processada, além da borracha. Ainda segundo a CNA a grande maioria desse cultivo é desenvolvido pela iniciativa privada e é praticado de forma verticalizada.

¹⁷ No Manual Operacional do Programa Floresta Plantada - MOP 2018, consta no organograma do PFP uma célula assegurando a garantia do processo de participação popular, que na prática não se efetivou,

Dessa forma, o programa Floresta Plantada, concebido e implementado pelo Governo do Acre, se configura, de forma pioneira, como um dos maiores investimentos desenvolvidos pelo poder Público na categoria de cultivo de florestas. Tal programa foi uma iniciativa do Estado do Acre na gestão dos governos identificados com o socioambientalismo e tinha como propósito tirar ideias do papel e transformá-las em políticas públicas focalizadas no desenvolvimento sustentável.

Para a realização do presente projeto fizemos contato com o então ex-governador Tião Viana para conhecer sua avaliação sobre o programa, o que não foi possível pois, até o fechamento do presente trabalho, não obtivemos retorno.

3.1. Problemas e Oportunidades do Programa Floresta Plantada

Neste item, buscou-se identificar quais são os problemas e as oportunidades do Programa Floresta Plantada, de forma a facilitar a leitura, esses foram listados no formato de quadro, conforme a seguir (Quadro 2).

A partir do acesso a dados oficiais obtidos juntos a Associação de Moradores e Produtores da Resex Chico Mendes em Epitaciolândia e Brasília – AMOPREAB, e junto a órgãos do Estado ligados ao setor produtivo - Secretaria de Estado de Produção e Agronegócio - SEPA, antiga SEAPROF, durante os governos do Partido dos trabalhadores, foi possível mapear alguns pontos pertinentes que perfilam os problemas e as oportunidades do Programa Floresta Plantada – PFP.

Vale mencionar que, para a obtenção das Potencialidade levou-se em consideração informações oficiais do Estado do Acre publicada através de uma parceria entre a Secretaria de Florestas – SEF e a Federação da Indústria do Estado do Acre - FIEAC, em um evento de análise de perfil das cadeias produtivas do setor Florestal no Estado do Acre pautado pelo Programa de Qualificação Florestal – PQF.

Quadro 2- Problemas e Oportunidades do Programa Floresta Plantada.

Problemas	Oportunidades
Falta de qualidade nos produtos da cadeia sustentável	Valorizar o ativo florestal;

Falta de comprometimento das novas gerações	Estabelecer um sistema de informação com indicadores de competitividade do setor florestal
Ausência de boas práticas e de utilização de novas tecnologias	Fomentar projetos de melhoria de indicadores de qualidade, produtividade e competitividade .
Competitividade com a pecuária	Fortalecer institucionalmente os diversos elos da cadeia produtiva florestal
Falta de condições de escoamento da produção	Quantificar a contabilidade de emissão, sequestro, armazenamento e substituição energética através do biocarbono florestal;
Falta de convencimento da viabilidade das cadeias sustentáveis	Melhorar e ampliar a oferta de produtos e serviços florestais certificados produzidos no Acre
Falta de incentivos fiscais pelas instituições financeiras para as cadeias, ao contrário do setor agropecuário.	Promover acesso a mercados para serviços e produtos florestais certificados
Garantia de mercado para produção	Melhorar os serviços públicos florestais oferecidos pelos órgãos estaduais do Acre
Falta de política de garantia de preços	Garantia da qualidade dos produtos florestais
Falta de tradição de empreendedorismo no setor extrativista	Garantia de mercado para a produção florestal
Alta dependência financeira dos repasses governamentais	Recuperação do passivo ambiental;

Alta liquidez da comercialização de bovinos.	Mitigação do impacto das áreas degradadas;
Falta de arranjos produtivos que sejam mais atrativos que a atividade agropecuária	Incremento na renda dos extrativistas e aumento da remuneração dos trabalhos na reserva.
Cultura assistencialista e paternalista por parte dos órgãos públicos de assistência Técnica e Extensão Rural – ATER	

Fonte: Adaptado da Secretaria de Estado de Florestas e Extrativismo.

Quanto às demandas que tinham como foco a possibilidade de superação pela implementação do Programa Floresta Plantada - PFP é necessário afirmar que:

- A falta de qualidade dos produtos das cadeias sustentáveis trabalhadas pelo PFP ainda é uma realidade que precisa de muito investimento para atingir um padrão ISO 9000 de competitividade, mas a experiência local é animadora no sentido de garantir que os investimentos, ainda que poucos, garantem a viabilidade econômica da floresta em pé como elemento rentável.
- É possível afirmar que a viabilidade econômica das experiências positivas do Programa Floresta Plantada acena no sentido da reversão da falta de comprometimento das novas gerações com as questões de sustentabilidade na Resex e tem uma expressiva capacidade de sedução da juventude geração Z.
- A ausência de boas práticas e da utilização de novas tecnologias ainda é um gargalo preocupante que precisa ser sanado com investimento de políticas públicas estruturantes a longo prazo dentro da Resex.
- O Programa Floresta Plantada é uma prova inequívoca que, com investimentos necessários, o manejo extrativista tem condições reais de competitividade com a pecuária.
- As condições estruturais da malha viária da comunidade ramal da Torre é um diferencial interessante pois possibilita escoamento de produção de forma perene e em grande escala.

- As experiências exitosas, são determinantes para reverter a falta de convencimento da viabilidade das cadeias sustentáveis. Esse avanço é notório e constante nos relatos dos moradores da comunidade.
- A falta de incentivo fiscais pelas instituições financeiras específico para as cadeias produtivas sustentáveis, ao contrário do que é feito com setor agropecuário, ainda é um forte gargalo para o avanço do desenvolvimento sustentável e esse gargalo pode ser convertido num potencial aliado para impulsionar mais ainda as experiências extrativistas exitosas e implementar outras cadeias sustentáveis.
- O PFP conseguiu ter a garantia de mercado para absorver a produção sustentável através da Cooperacre, que é a central de cooperativa que trabalha com produtos de origem sustentável na região da Resex Chico Mendes. E essa organização ainda possui potencial de expansão e ampliação de sua carteira de negócios.
- Os subsídios da borracha, e a parceria com a empresa estrangeira Veja, são determinantes para a construção de uma política de preços atrativos para viabilizar o manejo sustentável na região da RESEX Extrativista Chico Mendes. Aliás, esse incremento, é responsável pelo ressurgimento e a revitalização das cadeias produtivas ligadas ao extrativismo.
- Em que pese o Estado atrasar os repasses de subsídios, mas esse recurso do Estado, somado ao aporte da Veja, são determinantes para as cadeias produtivas sustentáveis da região.
- A falta de tradição de empreendedorismo no setor extrativista voltado para o Desenvolvimento Sustentável ainda é uma fragilidade característica dominante que necessita de investimento, tanto do ponto de vista de qualificação técnica quanto na perspectiva da transformação de mentalidade para construção de uma nova cultura empreendedora.

De certa forma isso está arraigado pelo fato do extrativismo, em si, em suas origens mais remotas historicamente nunca ter sido uma atividade de alta rentabilidade para os extrativistas que estava na ponta da cadeia produtiva, os seringueiros, e sim, apenas, para os patrões que controlavam os seringais no período áureo da borracha através do *sistema de aviamento**.

A dependência financeira dos repasses governamentais é um gargalo preocupante, pois não constrói autonomia das comunidades locais e vincula a sobrevivência do extrativismo ao vínculo com as políticas públicas que muitas vezes são políticas de governo e não de Estado, uma vez que não estão institucionalizadas nem foram consolidadas.

A fácil comercialização de bovinos, também é um obstáculo muito forte ao avanço de práticas sustentáveis dentro da Resex pois a pecuária garante alta liquidez do produto que muitas vezes é adquirido até mesmo de forma antecipada e cuja logística de transporte é garantida “In locus” sob a responsabilidade dos próprios compradores: Quem comprou gado é o responsável por retirá-lo da área em que foi adquirido diferente de quem adquire produtos sustentáveis.

A falta de arranjos produtivos que sejam mais atrativos/sedutores que a atividade agropecuária provavelmente seja o maior desafio das políticas que pretendem fortalecer práticas de desenvolvimento sustentável no interior da reserva Chico Mendes.

A cultura assistencialista e paternalista desenvolvida durante anos por governos, até mesmo do campo democrático, e a baixa oferta de assistência técnica e Extensão Rural, por parte do Estado, são fortes e ameaçadores gargalos que servem de entraves para o avanço do desenvolvimento sustentável na comunidade ramal da torre.

A proposição do Programa Floresta Plantada, se por um lado, desnudou a problemática na execução de políticas públicas implementadas pelo governo, mesmo governos progressistas identificadas com o campo democrático popular e o socioambientalismo, mas por outro lado evidenciou que as oportunidades surgidas com a implementação de uma política Florestal são promissoras, pois, o Programa Floresta Plantada conseguiu sim valorizar o ativo Florestal provando viabilidade econômica como é o caso dos fruticultores e da experiência com *Hévea Brasiliensis*, da família Caetano.

Infelizmente essa iniciativa (PFP) não foi capaz de estabelecer junto a estrutura de Estado um sistema de informação com indicadores da competitividade do setor florestal. Os dados que o Estado possui hoje então dispersos, carecem de sistematização e, em alguns casos, foram extraviados ou tomaram rumo ignorado e não sabido.

A experiência do PFP, a partir desse experimento na comunidade, vale muito mais pelas fragilidades que evidenciou que pelas melhorias/conquistas que o projeto conseguiu fomentar tanto no que se refere a indicadores de qualidade, produtividade quanto competitividade.

Lamentavelmente a execução do PFP não conseguiu fortalecer institucionalmente os diversos elos da cadeia produtiva florestal. Mas o processo que ela iniciou pode ser promissor se tiver gargalos corrigidos e pontos fortes melhorados.

Em função da baixa implementação não é possível quantificar a contabilidade em emissão de sequestro, armazenamento e substituição energética através do carbono florestal

No âmbito da certificação a experiência do PFP na comunidade ramal da Torre caminha para um processo de certificação ambiental que lhe possibilite agregar mais valor. O acesso a esses mercados para serviços e produtos florestais certificados está sendo intermediado pela Cooperacre que adquire tanto a fruticultura quanto o látex produzido na comunidade ramal da Torre. A experiência do PFP, em análise, não conseguiu, em si, evidenciar se contribuiu para a melhoria dos serviços públicos florestais oferecidos pelos órgãos estaduais do Acre, mas, se olhar com carinho e atenção para o seus gargalos e suas fragilidades, isso pode servir como um grande ponto de partida para reflexões e superações.

A garantia da qualidade dos produtos florestais na experiência do Programa Floresta Plantada, em estudo, ficou comprometida em função da não contrapartida do Estado no que se refere à assistência técnica no processo de implantação e no manejo. Um dos pontos altos dessa experiência do PFP, é a garantia de mercado para produção florestal que é assegurada pelos preços subsidiados da Cooperacre que atua na região.

O PFP na comunidade ramal da Torre, ainda que de forma incipiente, representou sim um significativo avanço no processo de recuperação do passivo ambiental. Ainda que incipiente, essa experiência representa um avanço na mitigação do impacto das áreas degradadas, sobretudo, por pastagem, queima e derrubada na comunidade ramal da Torre. Apesar de todos os estrangulamentos em sua implementação, representa um poderoso incremento na renda dos estantes extrativistas e um aumento considerável da remuneração dos trabalhos na Reserva Extrativista Chico Mendes garantindo assim viabilidade para a recuperação da floresta e rentabilidade para a manutenção da floresta em pé.

3.2. Pontos de estrangulamentos identificados no PFP de acordo com os entrevistados

Com base nos elementos identificados na análise da entrevista realizadas então os problemas são:

3.2.1 Seleção dos produtores:

De acordo com Brilhante (2023):

“Foi gente selecionada a laço”¹⁸.

Essa analogia expressa a ausência de critérios técnicos na escolha dos selecionados. O critério puramente político eleitoral comprometeu os objetivos do programa de acordo com a avaliação de Brilhante (2023) “Tinha o critério de aptidão, mas na hora da seleção veio a política no meio, que foi a maldição. A política é boa; se for feita correta.” Para Brilhante (2023) “O cara era fazendeiro: plantou seringa. Mas não pode não? Pode. Se ele quiser sombrear a pastagem. Quando fomos fazer relatório tinha lá: 2 mil hectares de seringueira para o baixo Acre”.

“Tinha que selecionar primeiro quem tinha aptidão para a seringueira. Quem gosta da cultura. E depois ver quem queria sombrear pastagem. Quem queria fazer um bosque. Quem queria somente fazer um jardim para andar debaixo” (Brilhante, 2023).

3.2.2 A insuficiência de Assistência Técnica

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eptaciolândia, morador da comunidade Ramal da Torre, corrobora com o argumento da falta de acompanhamento apresentado pelo presidente da AMOPREB, “também porque a gente oferta aquele projeto e a gente não acompanha. Faltou acompanhamento (do Estado). Acompanhou de longe. Não acompanhou de perto. Não foi lá dizer assim: “Vou te entregar umas mudas e você tem cinco dias para plantar. Ainda tá lá debaixo da sombra das mangueiras”.

O que os contemplados apresentam como falta da ATER, na verdade, se trata de oferta insuficiente ou deficitária. Mas houve assistência mesmo não sendo o suficiente nem na forma prevista no escopo teórico do projeto Floresta Plantada apresentado aos financiadores (fotos e relatórios do Estado corroboram).

Na verdade, o volume de trabalho ofertado pelo estado através do programa Floresta Plantada esbarrou na falta de estrutura e de pessoal de ATER do próprio Governo para garantir a assistência técnica que era assegurada na divulgação do programa. As imagens a seguir demonstram que seringueiras (Figura 8 e 9).

¹⁸ A expressão popular pego a laço faz referência à forma aleatória como se pega gado.

Figura 8- Seringueira com desbastes adequado



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Figura 9- João Caetano ladeia seringueira (à esq) irregular por falta de desbaste¹⁹ correto.



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

3.2.3 A negligência por parte de produtores

É fato que alguns produtores que foram beneficiados na comunidade com o kit para o fomento da fruticultura não realizaram o projeto e deixaram as mudas morrerem debaixo da sombra das árvores. De acordo com o presidente do STRE o insucesso de alguns produtores como a cadeia da fruticultura do PFP deve-se ao fato de que: “Não deu tão certo o projeto de frutíferas plantadas

¹⁹ Os **desbastes** de plantios florestais são operações necessárias de retirada de árvores finas e/ou defeituosas, para favorecer o crescimento das árvores remanescentes e se obter toras de diâmetros elevados ao final da rotação. Fonte: www.embrapa.br

porque as mudas não dão debaixo das Mangueiras. Você passava lá na comunidade e via as mudas debaixo das árvores. Debaixo das mangueiras secando”.

Ainda que de forma empírica a avaliação do presidente da Associação dos Moradores do Ramal da Torre (Rodrigues, 2023) “Eu acho assim que não teve seguimento e resolver o mesmo aquele projeto as pessoas participaram do projeto mas se você for analisar mesmo as pessoas que conseguiram realizar o projeto foi de três a 5%. E a avaliação de Rodrigues se coaduna com a do técnico do Estado (Brilhante, 2023) que teve acesso aos dados do projeto e apontou um aproveitamento de apenas 5%.

3.2.4 A baixa qualidade na produção das mudas

Para Brilhante (2023) o processo de produção das mudas, no início do PFP, foi um agravante ponto de estrangulamento que precisa ser considerado.

O primeiro gargalo foi com relação a produção de mudas. Como o governo não podia produzir no viveiro da floresta ele comprou. Abriu uma licitação pública, no formato de pregão, e o viveiro da região de Brasília-acre, no quilômetro 75, ganhou. Essa pessoa tinha que apresentar o que? Tinha que apresentar mudas de acordo com os padrões do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA (BRILHANTE, 2023).

Mas a problemática não se restringe apenas a falta de capacidade do Estado em produzir mudas mas, sobretudo, na qualidade do produto entregue “As mudas teriam que está dentro do padrão que seria enxertadas com enxerto pego no campo e no campo observamos que boa parte das mudas não foram à frente no campo por que foram enxertadas num dia entrega no outro” (BRILHANTE, 2023).

3.2.5 Ausências de culturas anuais nos SAFS

Segundo Brilhante (2023), também: “Faltou culturas anuais que eram estimuladas, mas sem está no programa”. O que na avaliação do engenheiro agrônomo “É um erro do programa e dos técnicos”.

3.2.6 A equivocada escolha das áreas destinadas aos seringais de cultivo.

Quanto à área escolhida para a localização do plantio das seringueiras que iriam constituir no futuro seringal de cultivo enfatiza-se a importância de valorizar a experiência local:

“Porque os produtores já têm o costume de plantar o roçado e plantar as mudas lá dentro: perto de casa. Não adianta plantar seringal depois do igarapé. Lá dentro da mata. Seria interessante para a questão de doenças. Mas para a questão de logística o acesso tem muito a ver. O acesso para o escoamento da produção. Muitos produtores plantaram a horas de casa. Lá longe. Era para colocar perto de casa. Ia criar um ambiente gostoso. Ele ia tá perto para cuidar” (BRILHANTE, 2023).

3.2.7 Ausência de projeto piloto para o PFP

Já o presidente do STRE considera a ausência de experimento teste como sendo uma fragilidade da proposta:

Eu sempre falei que esses projetos têm que vir de uma forma de teste primeiro. Depois dá pra gente, por inteiro. Porque se você traz um projeto que as pessoas não estão acostumadas com aquilo. Porque as pessoas estão acostumadas a receber o que é ofertado. Quer pegar mais, mesmo sem saber se aquilo tá na sua vocação. Sem saber se é aquilo que você vai produzir! E aí o que aconteceu? As pessoas, despreparadas, terra não preparada. As pessoas pegaram e não conseguiram executar porque tem outras atividades que elas acham que eram mais importantes. Que davam dinheiro mais rápido. Porque as pessoas pensam sempre do ponto de vista financeiro. Aí, em fazer o plantio, esperar não sei quantos anos, esperar o tempo dele, em terra pequena, no dia a dia: não dá pra esperar 5/2 anos, oito anos! ” (FERREIRA, 2023).

E de forma muito clara o presidente do sindicato defende que a falta de um experimento com o projeto foi decisiva para o resultado que o PFP atingiu: “Se não tiver um projeto piloto um teste antes pras pessoas verem: Não, isso aí dá certo! Eu vou investir nisso aí que vai dar certo mesmo! ”.

3.2.8 A qualidade da entrega das mudas

As condições em que mudas foram produzidas e entregues no Alto do Acre têm sua qualidade questionada pelo engenheiro agrônomo Brilhante (2023), porque elas teriam que ter uma qualidade assegurada pelo padrão MAPA, tanto na produção quanto na entrega questionadas tanto pela equipe

técnica local quanto pelos produtores que receberam. O que evidencia que o Estado, nem os produtores estavam preparados para trabalhar com uma demanda dessa envergadura.

3.2.9 A diferença na Assistência técnica de acordo com a cadeia produtiva

Há uma diferença identificada na fala do presidente da Associação dos produtores no que se refere à assistência técnica destinada à cadeia da borracha e à fruticultura. Nas palavras do presidente da Associação, o proponente do PFP “não deu assistência técnica suficiente a nenhuma das duas cadeias”. Sendo que a fruticultura foi assumida pelo SENAR. E a borracha ficou órfã na análise dele. Essa fala é corroborada no depoimento do senhor João Caetano, responsável pelo maior caso de sucesso no cultivo de *Hévea brasiliensis* na comunidade.

Para as famílias produtoras que aderiram ao programa, e até mesmo à família que desistiu, não houve assistência da forma que era anunciada por parte do Estado e aguardada pelo produtor.

3.2.10 A preparação de forma inadequada do solo

Um aspecto que apareceu como o grande responsável pelos problemas na implementação do PFP na visão de alguns produtores, foi a preparação do solo que era realizado por empresas terceirizadas contratadas pelo programa, mas de responsabilidade do Estado.

Para alguns produtores foi feito de forma extemporânea ou com baixa qualidade. Ainda que o trabalho numericamente tenha contemplado os produtores, porém, a sensação que eles transmitem é que poderia ter sido feito a contento. Um outro aspecto que prejudica a mensuração desse trabalho é o fato de os dados serem agrupados com a cidade vizinha de Brasiléia, que faz fronteira com Epitaciolândia na divisa do rio Acre. Nem mesmo o órgão responsável pela execução do serviço consegue precisar o quantitativo da área beneficiada.

3.2.11 A qualificação de mão de obra para as cadeias ofertadas

Outro aspecto relevante que surge na fala dos entrevistados na comunidade é o fato dos produtores não estarem preparados para o manejo das cadeias produtivas ofertadas, sobretudo, no caso da fruticultura.

O investimento era alto, mas a qualificação da mão de obra era baixa e, em alguns casos, inexistente. Para complicar, o Estado não reunia condições para ofertar assistência técnica a todos os atendidos da forma adequada pois não disponha de técnicos em número suficiente. Na avaliação do presidente do STRE: “As pessoas não preparadas, terras não preparadas e falta de tempo para as atividades” (FERREIRA, 2023).

3.3.1. Pontos fortes e oportunidades geradas pelo Programa Floresta Plantada na comunidade Ramal da Torre

Há consenso tanto na fala de lideranças quanto de produtores que o PFP trata-se de uma boa iniciativa. Conforme Campelo (2023) “O PFP na Resex é um projeto bonito. É um projeto que, se trabalhado conforme o que tá no papel, se tornaria uma coisa bem bacana.

Já na propriedade da família Cateringer (Figura 10) o incremento com o Programa Floresta Plantada possibilitou a remuneração do filho adolescente, de 17 anos, que para ajudar nas atividades da propriedade recebe agora um salário no valor de R\$1500, o que equivale a cerca de um salário e meio em 2022.

Figura 10- Realização de entrevista na família Cateringer



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

A principal característica da mão-de-obra empregada no programa floresta plantada na região é a mão-de-obra familiar, caracterizando, portanto, a execução do projeto na comunidade como atividade feita em grupo pela família. Curiosamente ao atingir a idade produtiva o investimento necessita do emprego de mão-de-obra local extrafamiliar o que possibilita a geração de renda para outras pessoas da comunidade. A escassez de mão-de-obra para o emprego na fruticultura é mais escassa que a mão-de-obra aplicada na coleta de látex, uma vez que as comunidades tradicionais da Amazônia têm um vínculo de identificação muito forte ainda com o extrativismo.

Na comunidade Ramal da Torre, a senhora Bananeira (2023) que foi uma desistente do Programa Floresta Plantada e, reconheceu o êxito do programa, no entanto, manifestou certas restrições em virtude do perfil da comunidade local “para esse tipo de atividade”. Segundo o esposo a maioria das propriedades locais são menores que 10 hectares o que não possibilita a prática da pecuária e que, por outro lado, segundo os entrevistados, esses novos moradores não tem identificação com o extrativismo e sim se identificam com a agricultura familiar por isso o produtor em seus relatos faz questão de destacar a importância de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos -PAA, que foi praticado na comunidade pelo governo do Estado e que gerou renda para diversas produtores da comunidade (Figura 11).

Figura 11- Entrevista com a família da dona Eliane Bananeira



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

No entanto, no quadro comparativo entre a renda adquirida pelos produtores com o PAA o que se constata é que em um ano do programa Floresta Plantada a renda da família Caetano foi superior a renda dos demais produtores que trabalharam durante quatro anos com o programa de entrega de alimentos para o PAA. A renda das famílias fruticultoras também, graças ao incremento com o Floresta Plantada

Produziu uma renda superior devido aos preços praticados pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (Rodrigues, 2023). Um argumento pertinente do esposo da senhora Bananeira (2023) é que o fato das propriedades serem pequenas não permite o cultivo de floresta como é o caso dos seringais de cultivo (*Hevea brasiliensis*).

Outra característica determinante nas famílias que implementaram o programa floresta plantada com êxito é que nenhuma delas tem a cadeia produtiva que foi optada como atividade única de geração de renda e o não tem como alicerce produtivo principal o Programa Floresta plantada e sim como elemento complementar

Na família Caetano (Figura 12), essa percepção é evidente uma vez que ao chegar na propriedade se percebe logo o trabalho que é feito com a diversificação das cadeias produtivas pois trabalham com criação de pequenos animais, pecuária de corte, com a farinha e a agora com o extrativismo através da extração do látex do seringal de cultivo obtido através do Floresta Plantada - PFP.

Figura 12- Família Caetano: Cláudeci Caetano, o pesquisador Marcos Fernando e o proprietário João Caetano.



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Um elemento político curioso identificado nos diálogos, ainda que informais sobre a política de implementação do programa na comunidade local, é o fato de que, na propriedade do senhor Caetano, o programa ter sido caracterizada como uma atividade pessoal de um representante do governo do Estado que era assalariado para executar o programa no entanto fez o uso político da atividade para promoção pessoal capitalizando uma política pública de governo como uma atividade pessoal que gerasse dividendos políticos pessoais mesmo tendo uma orientação política adversa a do governo.

O referido cidadão chegou até mesmo a ocupar cargos eletivos em decorrência do uso que fazia da máquina pública mesmo sendo de direita e com um discurso conservador de enfrentamento as políticas públicas dos governos identificados com o socioambientalismo. Ao passo que o PFP contribuiu para a redução do passivo ambiental ao mesmo tempo em que através da ampliação da geração de renda impede o avanço da devastação sobre as áreas de Floresta.

3.3.2 A preocupação com a descontinuidade das Políticas Públicas

Uma dimensão identificada durante a realização do projeto foi a preocupação por parte de lideranças e produtores com a descontinuidade dos projetos de políticas focalizadas que mesmo que bem-intencionadas e visando resolver uma demanda específica elas são descontinuadas ou negligenciadas em gestões seguintes por se tratarem de iniciativas de governo e não de política de Estado.

Esse aspecto aparece sobretudo na fala do presidente da Associação dos moradores da reserva Extrativista Chico Mendes na região do ramal da Torre (Campelo, 2023) que admite a necessidade de ir para além das políticas focalizadas e se partir para iniciativas estruturantes que contemplem não de forma residual, mas a totalidade dos moradores da Resex e que, por outro lado, considerem também a diversidade que existe dentro da reserva extrativista considerando que a área protegida não é uniforme nem do ponto de vista cultural quanto do ponto de vista biológico, faz questão de endossar..

Se há questionamento quanto à formulação de propostas de políticas públicas só formuladas e não executadas, por outro lado há também insatisfações com as que são postas em prática quanto à qualidade da execução. E mais um agravante é o fato de que, até mesmo em relação às experiências bem-sucedidas, os assistidos demonstram não sentir nenhuma segurança quanto à continuidade

dessas iniciativas (CAMPELO, 2023). Isso, de certa forma, acaba frustrando e desestimulando a população que habita o interior da floresta.

4. CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS

Essa discussão não é conclusiva porque trata-se de um ponto de partida, um start, na análise na vasta gama das políticas públicas destinadas a Unidade de Conservação nesse caso, em específico, Resex Chico Mendes comunidade Ramal da Torre.

Ainda que se considere pertinente a análise da presente experiência faz-se necessário ter clareza que ela retrata um experimento em um fragmento da resex, dialoga com outras demandas estruturais da área, todavia não podemos esquecer que retrata, em sua maioria, o aspecto particularizado da resex sobre uma determinada área: a comunidade Ramal da Torre.

Mediante a pesquisa de campo e a bibliografia aqui realizada de contata-se que é possível afirmar cinco aspectos relevantes com base na experiência do PFP no ramal da Torre: A imprescindibilidade das florestas; A participação das mulheres; A importância da participação popular para o desenvolvimento de políticas sustentáveis; A microfísica do poder; e A ecologia dos saberes.

O Programa Floresta Plantada reflete profundamente a abordagem de Moran (2017) quanto a imprescindibilidade das florestas para o ecossistema, pois segundo essa concepção as florestas não pertencem à humanidade, muito pelo contrário compõem uma dimensão bem maior e mais importante.

E evidencia que a importância das florestas transcende o ecológico e o econômico e agrega a dimensão do imaginário que reflete a mentalidade dos povos que ocupam determinados lugares e tempos. Moran advoga a impossibilidade de existência humana na ausência de florestas. Isso se configura como uma irrefutável verdade sobretudo na Amazônia onde os ataques à natureza comprometem qualquer atividade econômica até mesmo a existência humana.

O programa Floresta Plantada refletiu essa concepção de Moran (2017) de que os próprios seres humanos causadores de destruição são capazes de mudar de postura/mentalidades e recuperar biomas e ecossistemas degradados. O PFP é um exemplo prático disso, garantindo inclusive viabilidade econômica e representando outro imaginário de prosperidade para além da pecuária.

A execução do Programa Floresta Plantada na comunidade ramal da Torre deixa claro o papel destacado da participação das mulheres e esse novo protagonismo que não se restringe a divisão social do trabalho misógino e excludente e dialoga com a dimensão cuidado aventada por Mortari

(2018). No experimento, as mulheres ocuparam, e ocupam, lugar de destaque nas três famílias estudadas e em outros casos encontrados “*in loco*” na comunidade. As mulheres estão cuidando não mais somente dos lares e da família as mulheres estão cuidando no sentido de condução do processo embrionário de sustentabilidade. Estão no epicentro das decisões e das realizações.

Conforme assegura a própria Constituição, a participação popular é um pré-requisito para a consolidação de políticas sustentáveis. A própria Constituição brasileira faz questão de assegurar que todo poder emana do povo e que em seu nome será exercido. Infelizmente esse foi um ponto falho do PFP.

A Organização das Nações Unidas desde a Eco92 e em diversos documentos emitidos como o último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (2023) corrobora com a ideia de que a participação popular é fundamental para a construção da sustentabilidade.

Segundo a ONU (2023) quando falamos de combater as mudanças climáticas, não podemos alcançar ações efetivas sem a liderança de Povos Indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

Do ponto de vista democrático naquilo que compreende Bobbio como consolidação das democracias modernas a participação popular é de extrema importância para o efetivo exercício da cidadania. Leia-se povos da floresta em geral e moradores das áreas das unidades de Conservação em particular.

A ausência de participação popular no processo de formulação e implementação da proposta do Programa Floresta Plantada é uma característica acentuada altamente comprometedora. Ainda que no manual operacional da proposta (MOP, 2018) conste dentro do organograma uma instância para tratar exclusivamente desse aspecto, na verdade, efetivamente, isso não se configurou uma realidade. Uma vez que o projeto foi formulado pela equipe técnica do governo e, tanto na parte de implementação como de avaliação, mesmo constando na proposta como exigência, como critério que haveria de ocorrer esse processo, não ocorreu de fato a participação popular. O que poderia ter aprimorado a implementação da proposta.

Cabe ressaltar que durante os 20 anos de gestão dos governos identificadas com o campo democrático e o socioambientalismo a pauta da participação popular só esteve presente de forma clara na primeira gestão no chamado Governo da floresta quando então engenheiro florestal Jorge Viana liderava o Estado e promoveu escutas nos municípios para construir propostas com a população, com a denominação de encontro popular.

A participação popular é uma garantia fundamental para que propostas verdadeiramente sustentáveis possam ser construídas. Infelizmente essa metodologia de construção não foi utilizada na formulação e execução do PFP.

As iniciativas analisadas curiosamente foram formalizadas em nome das esposas (Luceni Cateringer, Eliana Bananeira, e Claudeci Caetano, a Claudia). As esposas entraram como proponentes e os companheiros como mão de obra agregada. Até o único caso de desistência da adesão ao programa foi protagonizado por uma mulher: dona Eliane Bananeira, após exaustivos diálogos com seu companheiro.

A experiência corrobora que a lógica do cuidado no âmbito da sustentabilidade esteve majoritariamente presente pela participação das mulheres. A participação popular é um potente instrumento de radicalidade democrática. E esse instrumento não se fez presente no processo de formulação e implementação do PFP embora constasse no escopo teórico (MOP, 2018) de captação de recurso para o projeto que preconizava essa metodologia com um dos instrumentos de grande relevância para o processo.

Do ponto de vista da efetivação do legítimo Estado de direito a participação popular é uma condição “sine qua non” no Estado democrático de direito podendo ser exercida de forma direta, por referendo ou plebiscito na forma da lei. Nas experiências dos governos do campo democrático popular implementada no Acre, a participação popular é um dos instrumentos mais apropriados para a formulação e mensuração de políticas públicas eficazes no campo democrático, sobretudo, sob governos cuja orientação política é no campo progressista.

Nesse aspecto é possível afirmar que a experiência de formulação e implementação do PFP se distanciou desses preceitos e caminhou na contramão do que Santos (2018) define como a ecologia dos saberes. Essa rede de saberes díspares, dispersos e espalhados por vários níveis da sociedade está presente nas camadas populares como é o caso do Ramal da Torre e se faz necessário estabelecer relação com os saberes científicos (e técnicos) oriundos do meio acadêmico.

Essa interseção compreende aquilo que Foucault (1972) em sua abordagem sobre a microfísica do poder caracteriza como o exercício do poder/saber estabelecendo que o poder não se trata de uma mera institucionalidade e sim do exercício prático do poder. Dentro dessa rede de saberes se encontram os povos da floresta, as populações marginalizadas e outros grupos sociais, de trabalhadores como se trata da situação na comunidade ramal da torre.

Ao não dialogar com esse saber/poder que é revestido de realidade e tem legitimidade “*in lócus*”. O poder institucionalizado se distanciou da visão da comunidade em tela. Se essa rede de ecologia de saberes (SANTOS, 2018) tivesse sido considerada na formulação e implementação do

PFP é possível assegurar que o resultado seria outro, pois, mesmo sem proporcionar essa escuta necessária, o programa, apesar de todos os gargalos, que são muitos, evidenciou-se viável na construção de políticas públicas estruturantes sustentáveis para a Amazônia.

Em suma, para consolidar uma verdadeira proposta no campo da sustentabilidade os povos a quem se destinam as propostas precisam ser escutados durante todas as etapas do processo (formulação, execução e avaliação) para que as propostas, mesmo que boas e “bem-intencionadas”, não se distanciem da realidade local uma vez que cada comunidade, no interior da RESEX sobretudo, tem suas características específicas. Conclui-se ser esse o maior legado da presente experiência do Programa Floresta Plantada na comunidade Ramal da Torre.

Longe de ser a usurpação do poder do Estado, a participação popular fortalece as instituições e legitima decisões. A Lei de Responsabilidade Fiscal (2000) endossa a importância da participação da sociedade civil através da audiência pública como instrumento de influência e controle do poder público.

Aliás a proposta de RESEX deriva dessa rede da ecologia de saberes e da relação da experiência com a Terra que tem os povos originários e, ao ser formulada por Chico Mendes e outros líderes dos Povos da floresta, dialogou com os saberes científicos e deu origem a proposta que conhecemos. A escuta e o diálogo permanente se fazem necessários porque as propostas, a realidade e os proponentes não são estanques.

A proposta do PFP dialogou com a “profética” carta poema de Chico Mendes (1988) a véspera de seu assassinato quando escreveu esse documento manifesto com uma tentativa de conexão com a juventude do futuro a convocando como a responsável pela construção das mudanças que não chegaremos a ver, mas que, nas palavras do próprio Chico Mendes, teremos o prazer de ter sonhado. Foi essa percepção e esse sentimento identificado na juventude do interior da RESEX ao constatar a viabilidade econômica de propostas sustentáveis que tem a capacidade de gerar renda matando a floresta em pé. Com base na argumentação de Foucault (1972), o poder não é uma instituição e sim uma prática, o exercício de poder.

Identificou-se que o processo de resistência ao PFP na comunidade Ramal da Torre se deve em grande parte ao fato do implantador (o Estado do Acre) não ter levado em conta a correlação de força e as relações de PODER/SABER que estão diluídas em vários níveis nas comunidades (igreja, escolas, sindicatos, órgão de representação e lideranças comunitárias) e ter agido de forma verticalizada se limitando ao âmbito da institucionalidade e desconsiderado o que Foucault afirmou que o poder não é institucional mas sim um exercício.

Essa relação de Poder/ Saber, sob o enfoque Foucaultiano, poderia ter sido um forte aliado no processo de implementação da iniciativa.

Quando os conhecimentos interagem, desse contato entre os saberes não acadêmicos e saberes científicos, se produz um reflorestamento das ideias o que é para Moraes (2008) um futuro rico em possibilidades criadoras para todos os indivíduos, para as sociedades e as futuras gerações.

Foi isso que ocorreu quando as ideias dos povos das florestas se encontraram com as ideias de intelectuais e nasceu assim a concepção da RESEX Chico Mendes. Mas toda ideia não está pronta e acabada e sim revestida de incompletude e, portanto, ainda que transforme a realidade precisa se transformar constantemente (SANTOS, 2018, p.223). A ecologia dos saberes se contrapõe a monocultura da mente, a ideia de pensamento único e a hegemonia do conhecimento científico porque reconhece e valoriza outros conhecimentos também importantes. E é através do diálogo desses conhecimentos que surgem novas ideias e outras soluções inovadoras. *“Toda ignorância é de um determinado tipo de conhecimento, e todo conhecimento é a superação de uma ignorância particular”* (SANTOS, 2018, p.223), porque ninguém é sábio nem ignorante absoluto.

Na ecologia dos saberes, buscar credibilidade para os conhecimentos não científicos não leva a desacreditar o conhecimento científico (SANTOS, 2018, p.224). Precisa-se compreender que conhecimento não científico não se trata, não necessariamente, de conhecimento raso, superficial, mas de conhecimentos tradicionais acumulados ao longo dos anos como é o caso da experiência com ervas medicinais e a tecnologia de sobrevivência desenvolvida pelos povos da floresta.

Não existe justiça social global sem justiça cognitiva. (SANTOS, 2018, p.226) A democratização do conhecimento faz parte do processo de mitigação das desigualdades sociais. Quem tem menos conhecimento acessa menos direitos. Porque conhecimento é instrumento de poder. É instrumento de participação.

Foi a tomada de conhecimento de Chico Mendes e outros companheiros de luta dele da luta social que os empoderaram e os levaram a ser protagonistas dos empates, confirmando que de acordo com Santos (2018, p.22): “o conhecimento não é representação, é intervenção. E intervenção é exercício de poder, o poder não é instituição o poder se exerce”.

Ao se apropriar do conhecimento sobre o PFP, os produtores do ramal da torre passam a ter o poder/saber de transformar o programa, a realidade em que vivem e eles mesmos. Esses saberes ignorados, não valorizados e não incorporados na formulação e na execução do PFP comprometeram

a qualidade na formulação e implementação do Programa. Diante dos elementos apontados pelos entrevistados e em acordo com obra de Santos para maior êxito do PFP faltou o programa levar em conta a denominada Ecologia dos saberes.

De forma geral, algumas outras aspectos que devem ser considerados :

Há uma grande mobilidade social na comunidade ramal da torre, porém os que conseguiram êxito no PBF são famílias consolidadas e residentes na área há mais de uma década. A maioria dos moradores não consegue avaliar com precisão a qualidade de vida na localidade, pois acreditam que trabalham muito e tem pouco reconhecimento pelo poder público

Grande parte dos produtores ouvidos tomou conhecimento do Programa Floresta Plantada através da divulgação do Estado principalmente através da SEAPROF. Na opinião dos entrevistados o Programa Floresta Plantada representou/representa uma boa proposta do Estado que, no entanto, foi mal executada por isso consideram o Programa Floresta Plantada importante por agregar renda para as famílias. A dimensão ambiental não aparece no discurso dos entrevistados evidenciando que o fator econômico é determinante na visão local

Os produtores avaliam como falho o processo de implantação do Programa Floresta Plantada aqui na comunidade Ramal da torre alegando que faltou monitoramento do Estado e da sociedade civil, faltou qualidade nos serviços, faltou ATER.

A quantidade de hectares que os produtores destinaram ao programa Floresta Plantada na comunidade Ramal da Torre não supera uma hectare por família produtora

A razão para o ingresso, na percepção dos produtores que tiveram êxito, foi ampliar a renda e conseguiram. No caso específico da família Caetano foi resolver um passivo ambiental e a meta também foi alcançada. Na avaliação do presidente dos STRE outros ingressaram por serem ávidos por qualquer oferta de serviço e/ou benefício gratuito por parte do poder público.

Para os integrantes do PFP a facilidade foi os insumos e o kit ofertado e os problemas, via de regra, foram falta de qualificação da mão, preparação do solo não a contento e ATER insuficiente.

Os produtores e lideranças avaliam que onde teve todo o processo da cadeia produtiva implementando deu certo, mas isso, na avaliação deles, se deve muito mais aos esforços dos produtores que ao desempenho do Estado que na visão deles foi falho.

Os entrevistados reconhecem a importância estratégica do Estado realizar programas da natureza do Floresta Plantada para a região da reserva extrativista Chico Mendes, no entanto questionam que o programa deveria ser aprimorado para superar os gargalos que surgiram (baixa qualidade das mudas, assistência técnica insuficiente, má preparação do solo)

A pesquisa conseguiu identificar que o PFP despertou o interesse das novas gerações pela capacidade de rentabilidade que se evidenciou mais promissora que a pecuária. O programa Floresta Plantada, no entendimento tanto dos moradores que aderiram ao programa quanto na percepção de outros moradores, beneficiou em muito aqueles que ingressaram de algum modo (ampliação de renda e recuperação de passivo ambiental, no caso da Heveicultura). Apesar de ser um consenso que o programa teve problemas no processo de implementação quanto a realização da etapa de preparação da área.

A realização deste trabalho representou um movimento de escuta para a população que precisa falar de suas angústias, que esperava ser ouvida por alguém, uma comunidade que tem lugar de fala mas que precisa muitas vezes de pessoas (físicas e jurídicas) que tenham lugar de escutar. Nesse caso ficou claro que além do seu lugar de fala que é legítimo os moradores do ramal da torre necessitam que o poder público exercite o lugar de escuta.

A comunidade me surpreendeu, pois eu temia restrições, no entanto, a população beneficiária do PFP se mostrou ávida pela oportunidade para expressar suas opiniões sobre a Programa floresta plantada implementado na associação do ramal da torre e demonstrou não só disposição em colaborar com as respostas como foi muito autêntica demonstrando profunda sinceridade, o que ao longo do processo pesquisa me surpreendeu pelo tamanho da sinceridade em transparecer que, muitos beneficiários, não acreditavam na proposta e algumas deixaram claro e reconhecem hoje que o programa é bom, precisa ser melhorado e mudaram de ideia quanto a proposta.

O presente trabalho ajuda a lançar luz sobre o debate acerca das políticas públicas destinadas a reservas Extrativista Chico Mendes. Evidencia que as propostas não bastam ser apenas bem-intencionadas, ou bem elaboradas, elas precisam dialogar com a sociedade que é objeto da proposta considerando a ecologia dos saberes locais.

O referido estudo corrobora com a importância de considerar as relações de poder na microfísica do espaço porque elas possuem um poder político determinante no processo de implementação de propostas de políticas públicas.

Ao possibilitar esse processo de reflexão sobre as propostas de políticas públicas implementadas na reserva Chico Mendes no caso específico do ramal da Torre, a presente proposta de trabalho abre espaço para aprofundarmos estudos sistemáticos da eficácia das propostas implementadas para as comunidades que vivem na floresta.

Nos oportuniza repensar e refletir sobre a realização dessas propostas ao mesmo tempo que significa zelo com os recursos públicos também demonstra um profundo respeito para com as populações atendidas. Essa análise do programa floresta plantada na comunidade ramal da Torre prova a viabilidade econômica da floresta de pé e deixa claro que essas propostas podem ser potencializadas se forem trabalhadas de forma correta com mais engajamento do poder público e com participação social.

O fato de termos atravessando uma pandemia durante a realização do processo de mestrado contribuiu para o afastamento e retardo também a coleta de material e a realização da pesquisa de campo.

Por outro lado, do ponto de vista institucional, a falta de sistematização de informações por parte do poder público, a demora em responder muitas vezes aos pedidos de informações realizados pelo pesquisador limitou o aprofundamento da abordagem, o que poderia ter enriquecido muito mais a análise do programa estudado.

As relações pessoais e o trânsito que o pesquisador possui por ser servidor público foi um atenuante para essas limitações, mas por outro lado admite-se que o fato do Estado não ter um banco de dados sistematizado disponível sobre um programa dessa envergadura é algo muito preocupante e até mesmo constrangedor. Foi detectado durante a realização do trabalho que as poucas informações que existentes estão dispersas e/ou na posse de particulares.

Outro limitante para a presente pesquisas foi o fato de ex ocupantes de cargos públicos que responderam por pastas de áreas estratégicas afim ao objeto deste estudo se sentiram desobrigados de prestar esclarecimentos ou fornecer informações, o que lamentavelmente resultou em prejuízo para o estudo que poderia ser melhor aprofundado.

A realização desse projeto de pesquisa abre a possibilidade de novos estudos que considerem por exemplo a experiência produtiva das mulheres que trabalham na floresta e que no caso da floresta

plantada foram as principais lideranças que conduziram o processo e tiveram participação determinante.

Outro aspecto relevante que precisa ser considerado é a participação que as novas gerações têm nas atividades produtivas que são desenvolvidas dentro da floresta pelas comunidades extrativistas. É um aspecto relevante que eu pretendo levar em consideração para a elaboração do meu projeto de doutorado é a dimensão cultural que essas políticas públicas destinadas para reserva extrativista desempenham na vida das comunidades locais.

Essa experiência para mim, que nas minhas incursões pela reserva Extrativista descobri através de uma tia do Chico Mendes, dona Cecília, que ele foi amigo pessoal da minha mãe na infância foi revestida de uma forte simbologia muito pra mim por se tratar de uma experiência gratificante poder Contribuir do ponto de vista da pesquisa para o aprimoramento de uma proposta que pode ser melhor aproveitada em benefício da melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais da Amazônia fortalecendo políticas públicas focadas de desenvolvimento sustentável. Esse momento tem um forte significado para mim, pois do ponto de vista pessoal também representa uma vitória daqueles que vieram do interior da floresta e passaram; e passam pelos desafios que passei. Ingressei nos estudos de forma refratária com defasagem idade série. Tive que superar minhas limitações econômicas e intelectuais. E passei duas décadas longe da academia após concluir minha graduação. Me reencontrar com esse universo acadêmico foi um desafio e um difícil convite à auto superação.

Durante a realização do mestrado tive crises existenciais ampliadas pela pandemia, pensei em desistir de muita coisa mais foi o compromisso com a história dos povos da floresta, o exemplo de luta deles que motivou em persistir.

Pretendo aprofundar essa abordagem sobre cultura e sustentabilidade na proposta de doutorado que me proponho a fazer.

REFERÊNCIAS

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: Como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da Ufsc**, Santa Catarina, v. 2, n. 1, p. 68-80, jul. 2005.

BATISTA, Gisele Elaine de Araújo. **Alternativas de Desenvolvimento Sustentável: O caso da RESEX Chico Mendes e das Ilhas de Alta Produtividade**. 2004. 93p.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade - O que é? O que não é**. Petrópolis: RJ. Vozes.2011

BRASIL. **Decreto nº 99.144, de 12 de março de 1990. Cria a Reserva Extrativista Chico Mendes...** Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99144.htm#:~:text=D99144&text=DECRETO%20No%2099.144%2C%20DE,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 30 jun. 2022.

BRASIL. Plano de Manejo da Reserva Extrativista Chico Mendes. Fonte: www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades.../resex_chico_mendes.pdf. 2006. Acessado 2018-05-23.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei (PL) 6024/2019. Altera os limites da Reserva Extrativista Chico Mendes**, localizada nos municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Epitaciolândia, Rio Branco e Sena Madureira, no Estado do Acre e modifica a categoria do Parque Nacional da Serra do Divisor. Brasília. 2019.

CAVALCANTI, Francisco Carlos da S. **As Reservas Extrativistas como Política Ambiental e de Regulação da Terra no Estado do Acre**. 2015. (Seminário). Annual World Bank Conference on Land and Poverty.

CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS - CNS. **Relatório Sócio Econômico e Cadastro da Reserva Extrativista Chico Mendes**. Rio Branco/Ac, 1992.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. **Reservas Extrativistas: Uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade**. 2001. Disponível em <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/resex.pdf> acesso 17.06.2022

DUARTE, Élio Garcia. **Conflitos pela terra no Acre: a resistência dos seringueiros de Xapuri**. Rio Branco: Casa da Amazônia, 1987.

ECODEBATES. **Resex Chico Mendes é a Unidade de Conservação Federal mais Desmatada**. 15.12.2021. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2021/12/15/resex-chico-mendes-e-a-unidade-de-conservacao-federal-mais-desmatada/> acesso em 20. 02. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. Disponível em: http://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder_-_Michel_Foucault.pdf. Acesso em: 01.01.201.

GARCIA JÚNIOR, Carlos Alberto Severo; VERDI, Marta Inês Machado. Interdisciplinaridade e complexidade: Uma Construção em Ciências Humanas. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, Florianópolis, v. 12, p. 1-17, jul. 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ICMBio/ Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Departamento de Áreas Protegidas. – Brasília: MMA, 2007 124p. (Série Áreas Protegidas do Brasil).

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Coordenação Geral de Observação da Terra. **Programa de monitoramento da Amazônia e demais Biomas. Desmatamento – Amazônia Legal** – Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/downloads/>. Acesso em: 55 jan. 2001.

KROEF, Renata Fischer da Silveira; GAVILLON, Póti Quartiero; RAMM, Laís Vargas. Diário de Campo e a Relação do(a) Pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 464-480, 9 jul. 2020. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/epp.2020.52579>.

LACKI, Polan. 2011. O que eu faria se voltasse a ser um extensionista. Disponível em : <https://www.agrolink.com.br/colunistas/coluna/o-que-eu-faria-se-voltasse-a-ser-um-extensionista-386071.html?RefPR=4109> Acesso em 04.12.22

Ministério do. Meio Ambiente, **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Chico Mendes**. Brasília. 2006. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de>

[manejo/plano_de_manejo_reserva_extrativista_chico_mendes.pdf](#). Acesso em: 15 de abril de 2021. BRASIL. 91 páginas.

MORTARI, Luigina. *Filosofia do cuidado*. Tradução de Dilson Daldoce Junior. São Paulo: Paulus, 2018. 269p.

MORAN, Emílio Frederico. *Meio Ambiente & Florestas*. Editora Senac São Paulo – São Paulo – 2017. 225p.

MOURA PINHEIRO, Francisco de. **Florestania - A Cidadania da Floresta Vista a Partir dos Conceitos de Biopolítica, Significantes Vazios e Ecologia dos Saberes**. PUC. SP. Intercom – Sociedade Brasileira de SP, PUC, de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010.

NEPOMUCENO, Francisco Afonso. **O futuro terá sempre um passado que o explica** – Rio Branco – (Prelo) 2019.

PONTES, Fábio. Veja: **Legado do Chico Mendes agoniza com a avanço da pecuária**. 2018. disponível em: <https://veja.abril.com.br/especiais/legado-de-chico-mendes-agoniza-com-avanco-da-pecuaria/#:~:text=A%20principal%20raz%C3%A3o%20%C3%A9%20a,mais%20do%20que%2040%20reais.&text=Os%20maiores%20impactos%20ocorrem%20em,terra%20natal%20de%20Chico%20Mendes>. Acessado em 11.08.2021

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?**. -- Belo Horizonte(MG): Letramento: Justificando, 2017. 112 p.; 15,9 cm. (Feminismos Plurais). 68 páginas

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia Essencial*. Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas / Boaventura de Sousa Santos; compilado por Maria Paula Meneses... [et al.]. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. V. 1, 688 p.; 20 x 20 cm - (Antologías del Pensamiento Social Latinoamericano y Caribeño / Gentili, Pablo)

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

SOUZA, Itamar Alvino de. **Sangria da Seringueira: guia prático para o seringueiro** / Itamar Alvino de Souza. - Vitória, ES: Incaper, 2013. 24 p.: il. (Incaper. Documentos 215).

SILVA, Adalberto Ferreira da. **Raízes da ocupação recente do Acre**. Minas Gerais: UFMG, 1982 (Dissertação de Mestrado), 383 p.

STOMPKA, Piotr. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1998.

APÊNDICES

Apêndice 1- Roteiro Entrevista Semi-Estruturada

1. Há quanto tempo o senhor mora na comunidade Ramal da Torre e por que decidiu vir morar aqui?
2. Como você avalia a qualidade de vida aqui?
3. Como tomou conhecimento do Programa Floresta Plantada?
4. O Programa Floresta Plantada representou/representa o quê para o senhor(a) e o que ele representa para a comunidade?
5. No seu entendimento o Programa Floresta Plantada tem importância. Porquê?
6. Qual sua avaliação sobre o processo de implantação do Programa Floresta Plantada aqui na comunidade Ramal da torre?
7. Quantos hectares o senhor tem destinados ao programa? Por que essa quantidade?
8. Qual a razão que o levou a ingressar no programa Floresta Plantada?
9. O senhor (a) está satisfeito (a) com o resultado do programa na sua propriedade?
10. Quais as facilidades e quais os problemas que o senhor teve que enfrentar com o programa Floresta Plantada?
11. Qual sua avaliação sobre o programa Floresta Plantada na comunidade Ramal da Torre?
12. Qual sua avaliação sobre o Estado realizar programas como o Floresta Plantada para a região de reserva
13. As novas gerações têm alguma participação ou interesse pelo Programa Floresta Plantada?
14. O programa Floresta Plantada lhe beneficiou de algum modo (renda, compensação por multa ou outro aspecto)? Se sim qual foi o benefício e porquê?

Apêndice 2- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar de um estudo através deste questionário que se enquadra numa investigação no âmbito de uma dissertação de Mestrado do Programa de **Maestría Estado, Gobierno e Políticas Públicas**, realizada na **Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais Sede Brasil**, intitulada "**POLÍTICA PÚBLICA NA RESEX CHICO MENDES: ANÁLISE DO PROGRAMA “FLORESTA PLANTADA” NA COMUNIDADE RAMAL DA TORRE – EPITACIOLÂNDIA-ACRE (2014-2018)**". Acreditamos que o estudo será importante como um instrumento de avaliação da perspectiva local no referido território.

Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos, sendo realçado que as respostas dos inquiridos representam apenas a sua opinião individual. A entrevista é anônima e sigilosa, por isso não deve colocar sua identificação em nenhuma das folhas, nem assinar o questionário. Não existem respostas certas ou erradas. Por isso solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões. Na maioria das questões terá apenas de assinalar a opção que julgar conveniente. Esta pesquisa não apresenta perigo à vida, nem à saúde dos(as) respondentes. Evitou-se qualquer pergunta de cunho pessoal, tendo apenas como foco o objetivo da pesquisa apresentada acima. Caso algum questionamento venha lhe causar ansiedade, embaraço, stress ou reativação de algum trauma, pedimos que pare imediatamente de responder, ficando à vontade para não responder mais e se retirar.

Obrigada pela sua colaboração!

DECLARAÇÃO

Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e tive a oportunidade de discutir as informações relacionadas à pesquisa. Todas as minhas perguntas foram respondidas e eu estou satisfeito(a) com as respostas. Entendo que receberei uma cópia dos resultados enviada por e-mail (caso deseje) e que as respostas dos questionários serão arquivadas pela pesquisadora responsável do estudo. Por fim, fui orientado(a) a respeito do que foi mencionado neste termo e compreendo a natureza e o objetivo do estudo e **manifesto meu livre consentimento em participar**, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar por minha participação.

A pesquisadora do projeto é o aluno Marcos Fernando Silva, acadêmico do Programa de **Maestría Estado, Gobierno e Políticas Públicas**, da **Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais Sede Brasil**, sob orientação da Prof^a. MSc. Letícia de Alcântara Moreira.

Você pode deixar um contato com o pesquisador para envio dos resultados (opcional).